

ATA N.º 24/2022

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2022:

No dia sete de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas e dez minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Rita Alexandra Varela Tapadinhas, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, por estar ausente da área da autarquia, e dada a indisponibilidade formalmente demonstrada pelo Sr. Roberto José Lopes Cortegano, foi convocada, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Sra. Rita Alexandra Varela Tapadinhas (Anexos a esta ata como documento n.º 1).

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027

PONTO 2 – 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026

PONTO 3 – Aceitação de doação

PONTO 4 – Doação a domínio público do Município do prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 8454/20220912, da Freguesia de Pinhal Novo

Requerente: Elsa Maria de Jesus Santana. Processo: E-4945/2019. Local: Rua Luís de Camões (EN 252), Pinhal Novo. Requerimento n.º 7060/2022

PONTO 5 – Mapa de Pessoal para o ano de 2023 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

PONTO 6 – Aceitação de doação da área de 30,86 m2 para abertura de novo arruamento entre a Avenida Joaquim Lino dos Reis e a Rua de Aljubarrota, Aires - Ratificação

PONTO 7 – Transferência financeira para os Agrupamentos de Escola e Escolas Não Agrupadas para pagamento do fornecimento de leite escolar e serviço de circuitos especiais de transporte

PONTO 8 – Centro Social e Paroquial de Pinhal Novo – Celebração de Contrato de Comodato

PONTO 9 – Fábrica da Igreja Paroquial de São José de Pinhal Novo – Celebração de Contrato de Comodato

PONTO 10 – Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela, o Clube Desportivo Pinhalnovense e a Casa do Benfica em Palmela, referente à época desportiva 2022/2023

PONTO 11 – Revisão do Regulamento da Rede de Bibliotecas Públicas do Município de Palmela

PONTO 12 – Atribuição de topónimos na Urbanização Vale Flores – Freguesia de Pinhal Novo

Requerente: Gomes & Carmona, Lda. Processo: TOP-1825/2022. Local: Pinhal Novo. Requerimento n.º 1551/2022

PONTO 13 – Atribuição de topónimos na Quinta da Marquesa I e III – Freguesia de Quinta do Anjo

Requerente: Administração Conjunta da AUGI das Marquesas I e III. Processo: TOP-7680/2021. Local: Pinhal da Marquesa – Quinta do Anjo. Requerimento n.º 7707/2021

PONTO 14 – Anulação e retificação de topónimos na zona industrial Sul de Vila Amélia

Requerente: Câmara Municipal de Palmela. Processo: TOP-839/2018. Local: Vila Amélia – Quinta do Anjo. Requerimento n.º 505/2018

PONTO 15 – Atribuição de topónimo “Estrada da Logística” – Freguesia de Quinta do Anjo

Requerente: CTT – Correios de Portugal, S.A.. Processo: TOP-5870/2022. Local: Vila Amélia / Pinhal da Marquesa – Quinta do Anjo. Requerimento n.º 5853/2022

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 7/2022, da reunião ordinária de 16 de março de 2022.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do/as Sr./as Vereador/as Raul Cristóvão, Mara Rebelo e Rita Tapadinhas, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

— ATA n.º 18/2022, da reunião ordinária de 7 de setembro de 2022.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do/a Sr./a Vereador/a Raul Cristóvão e Rita Tapadinhas, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

— ATA n.º 19/2022, da reunião ordinária de 21 de setembro de 2022.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Rita Tapadinhas, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. PRESIDENTE, POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
– Em matéria do urbanismo:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Presidente, Dr. Álvaro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 14.11.2022 a 02.12.2022.

ATOS PRATICADOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de processos do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria de processos do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 15.11.2022 a 06.12.2022.

ATOS PRATICADOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 15.11.2022 a 06.12.2022.

ATOS PRATICADOS PELAS SRAS. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, E DIRETORA DO DEPARTAMENTO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de processos de obras públicas e procedimentos administrativos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos atos praticados pelas Sras. Vereadora Fernanda Pésinho; e Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, Dra. Teresa Palaio, em matéria de processos de obras públicas e procedimentos administrativos, no período compreendido entre 15.11.2022 a 02.12.2022.

DESPACHOS EMITIDOS PELOS SRS. VEREADOR LUÍS MIGUEL CALHA; DIRETOR DO DEPARTAMENTO, E CHEFE DA DIVISÃO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 6, dos despachos emitidos pelos Srs. Vereador Luís Miguel Calha; Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco; e Chefe da Divisão de Atendimento e Administração Geral, no âmbito da Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 16.11.2022 a 06.12.2022.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 16.11.2022 a 06.12.2022, no valor de 4.072.377,32 € (quatro milhões, setenta e dois mil, trezentos e setenta e sete euros e trinta e dois cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 7.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 06.12.2022, apresenta um saldo de 20.953.504,16 € (vinte milhões, novecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e quatro euros e dezasseis cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 18.275.667,48 € (dezoito milhões, duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e sete euros, e quarenta e oito cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.677.836,68 € (dois milhões, seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e trinta e seis euros, e sessenta e oito cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Moção** (Pela autodeterminação da Palestina).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (ADREPES – Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal – Comemoração do 20.º aniversário).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Sélections Mondiales des Vins Canadá 2022 – Casa Ermelinda Freitas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (AWC VIENNA – International Wine Challenge 2022 – Adega de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (XXII Concurso de Vinhos da Península de Setúbal – Adegas do Concelho).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Campeonato do Mundo de Cozinha 2022 – Marta Nunes).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Simone Fragoso).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** apresenta a moção que se transcreve:

. **Moção** (Pela autodeterminação da Palestina).

“No dia 29 de novembro, assinalaram-se 75 anos da aprovação da Resolução 181 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, conhecida como a “Resolução da Partilha”. Esta medida levou à partição da Palestina em dois estados, no rescaldo da II Grande Guerra Mundial, como forma de compensar o povo judeu pelas atrocidades cometidas pelo regime nazi, prevendo-se a

criação de dois estados – um judeu e um árabe - que deveriam formar uma união económica e aduaneira, ficando Jerusalém sob o controle da própria ONU, num regime internacional especial.

Esta divisão do território da Palestina em dois estados foi, desde logo, insólita, porquanto a ONU não estava investida de qualquer soberania sobre o país e não tinha poder para conceder o seu território ou direitos políticos. E enquanto o estado de Israel foi rapidamente formalizado, o estado independente da Palestina nunca chegou a concretizar-se. Década após década, o mundo tem assistido, com relativa placidez, à política de agressão, perseguição e limpeza étnica sobre o povo palestino, a quem têm sido negados o seu território, os seus direitos, a sua autodeterminação e, em muitos casos, a sua liberdade e a sua vida.

Três quartos de século depois, mais de oito milhões de pessoas palestinas foram empurradas para as áreas da Cisjordânia e de Gaza, sujeitas a frequentes confrontos e crises humanitárias, ou para campos de refugiados nos países árabes vizinhos. O enviado especial da ONU para o Médio Oriente relatou, há pouco, que a repressão israelita atual «está a transformar 2022 no ano mais mortífero para os palestinos da Cisjordânia desde que a ONU começou a compilar dados».

A construção de colonatos nos territórios ocupados, despojando das suas casas, de um dia para o outro, milhares de famílias, a prisão e tortura indiscriminadas de pessoas adultas, jovens e crianças, sem direito à Justiça, e a construção de um muro de separação, com graves impactos nos direitos humanos, são algumas das faces mais visíveis da política de agressão israelita, que se mantém, a despeito de múltiplas resoluções da ONU. Data de 2004 a decisão do Tribunal Internacional de Justiça, que exige a Israel que destrua o muro e pague indemnizações por todos os danos causados pela sua construção – decisão que continua por acatar.

A 11 de novembro deste ano, uma comissão da ONU aprovou um projeto de resolução que pede a este Tribunal Internacional um parecer urgente sobre as consequências jurídicas de negar ao povo palestino o direito à autodeterminação. Este pedido – aprovado na Comissão Especial de Política e Descolonização da Assembleia-Geral da ONU e remetido para votação final no decorrer deste mês – levou o Embaixador de Israel na ONU a avisar os Estados-membros de que o apoio a esta medida faria deles «cúmplices da destruição de qualquer esperança de reconciliação» e do perpetuar do conflito.

Na sua mensagem, a propósito do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, assinalado pela ONU a 29 de novembro desde 1977, o Secretário-Geral António Guterres sublinhou que a posição das Nações Unidas é claramente pela paz («a paz deve avançar – a ocupação deve terminar») e manifestou-se «profundamente triste» com o número crescente de civis palestinos mortos pela violência na Cisjordânia, reafirmando o seu apoio ao povo palestino na busca «para alcançar os seus direitos inalienáveis e construir um futuro de paz, justiça, segurança e dignidade para todos».

O Município de Palmela tem mantido relações próximas de amizade e cooperação com a Missão Diplomática da Palestina em Portugal e tomado múltiplas posições políticas e ações de

solidariedade, em defesa da causa palestina. Reitera-se que todas as posições e apoio manifestado ao povo palestino não constituem, de forma alguma, um ataque ao povo israelita e judeu ou uma manifestação de antissemitismo – orgulhando-se Palmela das suas raízes judaicas, bem expressas no Centro Histórico – mas uma visão política coerente e holística, sempre em favor da Paz e da autodeterminação de todos os povos.

Reunida no dia 7 de dezembro de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **delibera:**

- Associar-se, uma vez mais, às celebrações do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino e à luta pela autodeterminação do povo palestino;
- Continuar a exigir o cumprimento das Resoluções das Nações Unidas, o respeito pelo Direito Internacional e o fim da ocupação ilegal dos territórios palestinos por Israel, sublinhando que a Comunidade Internacional deve estar atenta e ser consequente, e que será impossível conquistar a Paz no Médio Oriente sem a resolução do conflito israelo-árabe;
- Dar conhecimento da presente moção às seguintes entidades:
 - . Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas;
 - . sua Excelência, o Presidente da República;
 - . sua Excelência, o Primeiro-Ministro;
 - . sua Excelência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros;
 - . Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
 - . Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Palestina;
 - . Missão Diplomática da Palestina;
 - . Embaixada de Israel em Portugal;
 - . Assembleia Municipal de Palmela;
 - . Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela;
 - . Conselho Português para a Paz e Cooperação;
 - . Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente;
 - . CGTP-IN;
 - . Comunicação Social.”

Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (ADREPES – Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal – Comemoração do 20.º aniversário).

"A ADREPES - Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, criada através da gestão do Programa LEADER +, que marca o seu trabalho em prole das comunidades e do território, celebra este ano o seu 20º aniversário.

Ao longo destes anos, a sua intervenção é assinalada sobretudo pela gestão dos fundos nacionais e comunitários, protocolados com diferentes entidades, e é o único Grupo de Ação Local, a nível nacional, que abrange três DLBC – Rural, Costeiro e Urbano.

Ao longo do seu percurso, a ADREPES conseguiu um investimento global para o território de cerca de 40 milhões de euros (com uma taxa de cerca de 50%, ou seja cerca de 20 milhões de fundos), apoiando mais de 600 projetos e mais de 500 postos de trabalho em diferentes áreas de atuação.

No que respeita ao concelho de Palmela, foram aprovados 224 projetos cujo investimento ascende a € 15,1 milhões de euros (com taxa de cofinanciamento na ordem dos 58% - correspondente a € 8,2 milhões de euros), que permitiram a criação de 168 postos de trabalho.

O Município de Palmela congratula-se com este marco histórico na vida da Associação, reconhecendo a importância da sua atividade para o desenvolvimento sustentável do Península de Setúbal e do Concelho de Palmela, quer do ponto de vista estratégico, quer do ponto de vista do apoio direto aos promotores, contribuindo decisivamente para a promoção das comunidades locais e do território.

Reunida a 7 de dezembro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** os órgãos sociais, nomeadamente a sua direção, equipa técnica e todos os associados e parceiros da ADREPES pelo seu 20.º Aniversário, fazendo votos dos maiores sucessos nos próximos anos, nomeadamente no âmbito do novo quadro comunitário PT2030."

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (Sélections Mondiales des Vins Canadá 2022 – Casa Ermelinda Freitas).

"Os vinhos da Adega Casa Ermelinda Freitas foram premiados, na 29ª Edição do Concurso Sélections Mondiales des Vins Canadá, uma das competições internacionais de vinhos mais conceituadas do mundo e a maior da América do Norte.

Nesta edição o destaque vai para os vinhos, "Vinha do Torrão Grande Escolha" e "Dona Ermelinda Reserva Tinto", que receberam as maiores honras de serem incluídos no Top 50 das melhores pontuações do referido concurso com medalha *Grand Gold*.

Marcaram presença os melhores provadores do mundo, para avaliarem cerca de 1.705 vinhos em prova, provenientes de 29 países, emergindo mais 8 premiações, para a Casa Ermelinda Freitas, a saber:

Medalha de Ouro:

- . Dona Ermelinda Branco Reserva 2020
- . Terras do Pó Tinto Reserva 2020
- . Vinha do Torrão Tinto Reserva 2020
- . Dona Ermelinda Branco 2021
- . Casa Ermelinda Freitas Sauvignon Blanc & Verdelho 2021
- . Túpila Rosé 2021
- . Vinha do Fava Touriga Nacional 2021
- . Casa Ermelinda Freitas Alicante Bouschet Reserva 2020

Reunida a 7 de dezembro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Casa Ermelinda Freitas pelo grandioso trabalho que tem vindo a desenvolver em prol do reconhecimento da qualidade dos vinhos portugueses, e da promoção dos mesmos, enaltecendo o nome de Palmela e deste território vinhateiro, a nível internacional.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (AWC VIENNA – International Wine Challenge 2022 – Adega de Palmela).

“Os Vinhos da Adega de Palmela foram distinguidos, no *AWC VIENNA – International Wine Challenge 2022*, em Viena de Áustria, considerado o maior e mais prestigiado concurso de vinhos e líder no mercado vínico internacional com o reconhecimento oficial da União Europeia.

Entre 11.342 vinhos a concurso, de 1.588 produtores, oriundos de 43 países, a Adega de Palmela arrecadou duas medalhas de Ouro para os vinhos, “Vale dos Barris Syrah Premium Reserva” e “Villa Palma Reserva Tinto”, uma medalha de Prata para o vinho “Vale dos Barris Branco” e um Selo de Aprovação para o vinho “Palma Branco”.

Reunida a 7 de dezembro, a Câmara Municipal de Palmela saúda a Adega de Palmela pelo grandioso trabalho que tem vindo a desenvolver em prol do reconhecimento da qualidade dos vinhos portugueses, e da promoção dos mesmos, enaltecendo o nome de Palmela e deste território vinhateiro, a nível internacional.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (XXII Concurso de Vinhos da Península de Setúbal – Adegas do Concelho).

"A Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (CVRPS), promove anualmente o concurso que premeia os 'Melhores Vinhos da Região'.

Na edição do XXII Concurso de Vinhos da Península de Setúbal, a CVRPS premiou 53 néctares, atribuindo 37 medalhas de Ouro e 16 de medalhas Prata, numa cerimónia celebrada na Fortaleza de Santiago, em Sesimbra, no passado dia 17 de novembro.

Quatro referências arrecadaram o título "Melhor do Ano" em diferentes categorias, o prémio de «Melhor Vinho Rosado» foi atribuído ao "Guitarrista 2021", de Fernando Santana Pereira.

Cerca de 176 vinhos inscritos, foram avaliados numa prova cega, composta por um diversificado leque de jurados profissionais e especialistas em análise sensorial, originários das várias regiões vitivinícolas portuguesas, galardoando com 15 medalhas de Ouro e 9 medalhas de Prata, Adegas do Concelho de Palmela a saber:

MEDALHAS DE OURO:

. *Casa Ermelinda Freitas Superior 2009*

Vinho Generoso | D.O. Moscatel de Setúbal | Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, S.A.

. *Filipe Palhoça Cabernet Sauvignon 2019*

Vinho Tinto | Regional Península de Setúbal | Filipe Palhoça Vinhos, Lda.

. *Filipe Palhoça Merlot 2020*

Vinho Tinto | Regional Península de Setúbal | Filipe Palhoça Vinhos, Lda.

. *Adega de Palmela Reserva Premium 2019*

Vinho Tinto | D.O. Palmela | Adega Cooperativa de Palmela, CRL

. *Monte das Serralheiras Reserva Syrah 2019*

Vinho Tinto | Regional Península de Setúbal | Adega Cooperativa de Palmela, CRL

. *Casa Ermelinda Freitas Alicante Bouschet Reserva 2020*

Vinho Tinto | Regional Península de Setúbal | Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, S.A.

. *Vinha da Valentina Merlot 2021*

Vinho Tinto | Regional Península de Setúbal | Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, S.A.

. *Valoroso Reserva 2020*

Vinho Tinto | Regional Península de Setúbal | Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, S.A.

. *Casa Ermelinda Freitas Touriga Nacional Reserva 2019*

Vinho Tinto | Regional Península de Setúbal | Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, S.A.

. *Camolas Grande Escolha Vinha Velha 1931 – Castelão 2017*

Vinho Tinto | D.O. Palmela | Camolas & Matos, Lda.

. *Casa Ermelinda Freitas Sauvignon Blanc & Verdelho 2021*

Vinho Branco | Regional Península de Setúbal | Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, S.A.

. *Dona Ermelinda 2020*

Vinho Branco | D.O. Palmela | Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, S.A.

. *Vinha do Torrão Reserva 2021*

Vinho Branco | Regional Península de Setúbal | Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, S.A.

. *Dona Ermelinda Reserva 2020*

Vinho Branco | D.O. Palmela | Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, S.A.

. *Quinta do Monte Alegre Colheita Seleccionada 2020*

Vinho Branco | D.O. Palmela | Fernando Santana Pereira Unipessoal, Lda.

MEDALHAS DE PRATA:

. *Quinta do Monte Alegre Colheita Seleccionada Castelão & Alicante Bouschet 2020*

Vinho Tinto | D.O. Palmela | Fernando Santana Pereira Unipessoal, Lda.

. *Vinha do Fava Touriga Nacional 2021*

Vinho Tinto | Regional Península de Setúbal | Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, S.A.

. *Vinha da Fonte Reserva 2020*

Vinho Tinto | Regional Península de Setúbal | Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, S.A.

. *Casa Ermelinda Freitas Reserva Syrah 2020*

Vinho Tinto | Regional Península de Setúbal | Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, S.A.

. *Vinha do Torrão Reserva 2020*

Vinho Tinto | Regional Península de Setúbal | Casa Ermelinda Freitas – Vinhos, S.A.

. *Filipe Palhoça Syrah 2019*

Vinho Tinto | Regional Península de Setúbal | Filipe Palhoça Vinhos, Lda.

. *Villa Palma 2021*

Vinho Branco | D.O. Palmela | Adega Cooperativa de Palmela, CRL

. *Adega de Palmela Premium Reserva Moscatel Galego Roxo 2021*

Vinho Branco | D.O. Palmela | Adega Cooperativa de Palmela, CRL

. *Merlão 2021*

Vinho Branco | D.O. Palmela | Adega Cooperativa de Palmela, CRL

Reunida 7 de dezembro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** os produtores vinhos do Concelho de Palmela, por mais este reconhecimento de qualidade das suas marcas, o qual vem destacar e reforçar o excelente trabalho desenvolvido, que tem contribuído para a valorização deste território vinhateiro.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (Campeonato do Mundo de Cozinha 2022 – Marta Nunes).

“De 26 a 30 de novembro realizou-se no Luxemburgo a edição de 2022 da Expogast e do Culinary World Cup, que contou com a participação da seleção nacional de cozinha, de onde fez parte a Chef Marta Nunes, natural de Palmela.

O evento reuniu chefs e entusiastas de cozinha de todo o mundo e contou com mais de trinta mil visitantes.

A Seleção Nacional de cozinha terminou a sua prestigiante participação no campeonato do mundo alcançando duas medalhas de bronze.

A Equipa Júnior de Competição Culinária conquistou bronze nas provas Menu “Chefs Table” e Menu “Restaurante das Nações”, apresentando pratos como panna cotta de queijo cabra com alperce e avelã; espadarte fumado com tinta de choco, tartelete de beterraba e laranja, espuma de ostra, salada verde e rebentos; e lombinho borrego assado, terrina de batata e trufa, perna de borrego estufada com legumes, molho moscatel com fígados.

Marta Nunes integrou esta equipa de jovens talentos, que foi acompanhada por representantes da ACPP – Associação de Cozinheiros Profissionais de Portugal.

Reunida na Biblioteca de Palmela a 7 de dezembro de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Marta Nunes pela sua participação no referido campeonato, pelos êxitos alcançados e por contribuir para elevar o nome e a qualidade da gastronomia portuguesa no contexto internacional.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (Simone Fragoso).

“Simone Fragoso, atleta de Palmela, representou Portugal nos Jogos Mundiais IWAS (International Wheelchair and Amputee Sports Federation) 2022, que se realizaram em Vila Real de Santo António, entre os dias 26 e 28 de novembro, tendo conquistado a medalha de prata na competição de ParaPowerlifting, ao classificar-se em 2.º lugar na categoria -41kg.

Depois do record nacional alcançado em setembro, no Campeonato da Europa de ParaPowerlifting, Simone Fragoso alcança mais um excelente resultado, continuando a trabalhar para alcançar o objetivo de classificação e participação nos Jogos Paralímpicos de Paris em 2024.

Reunida em Palmela, a 7 de dezembro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a atleta Simone Fragoso pelo resultado alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho).

"A ginasta Margarida Agostinho, residente em Pinhal Novo, em representação de Portugal, conquistou a medalha de bronze ao integrar a equipa de Portugal que conquistou o 3.º lugar na competição All Around, no 36.º Campeonato do Mundo de Ginástica de Trampolins, que se realizou, entre os dias 16 e 19 de novembro em Sofia, Bulgária.

Depois do 5.º lugar na final da competição individual de Tumbling, escalão sénior, do Campeonato da Europa de Trampolins, Duplo Mini-Trampolim e Tumbling em 2021, Margarida Agostinho dá continuidade às excelentes prestações e resultados alcançados e conquista uma medalha numa grande competição internacional.

Reunida em Palmela, a 7 de dezembro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a ginasta Margarida Agostinho pela medalha alcançada neste Campeonato do Mundo, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho."

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. **Projeto "Eu Participo Municípios 2021"** – O **Sr. residente** começa por recordar que no dia 12 de dezembro, segunda-feira, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, pelas 21h, terá lugar a sessão pública de apresentação das propostas vencedoras do processo "Eu Participo Municípios" 2021. A sessão encerra o ciclo de 2022 e serão reveladas as propostas mais votadas em cada uma das freguesias, de entre as 18 que estiveram disponíveis em processo de votação, entre os dias 12 de setembro e 15 de outubro.

Informa, igualmente que a presente edição foi marcada pela introdução de uma nova plataforma de gestão do processo e abriu a possibilidade de votação "online" e "SMS", introduzindo, por isso, maior rigor nas questões de votação e não só.

. **Manutenção da certificação do Município enquanto Entidade Formadora** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que a certificação de entidades formadoras está consagrada na Resolução do Conselho de Ministros nº 173/2007, de 7 de novembro, que aprovou a Reforma da Formação Profissional e é um processo de reconhecimento global da capacidade da entidade formadora em garantir a capacidade e qualidade formativa.

Desde 2002 que o município de Palmela é uma entidade formadora acreditada, de acordo com o parecer favorável emitido pelo CEFA (atual FEFAL). Mais recentemente, o sistema de acreditação foi revogado e substituído pelo novo sistema de certificação de entidades formadoras, nos termos da Portaria nº 851/2010, de 6 de setembro, alterada e republicada pela Portaria nº 208/2013 de 26 de junho.

Na expectativa da manutenção da certificação do município como entidade formadora, foi instruído um dossier minucioso, com todos os indícios da atividade formativa desde 2014, nele constando a manutenção do cumprimento dos requisitos prévios de acesso à certificação e dos que respeitam ao referencial de qualidade estabelecidos, e remetido para análise ao FEFAL.

Mais recentemente, o município foi notificado para uma auditoria, que decorreu no dia 14 de outubro, com vista a validação documental e verificação adequada da atividade formativa, em conformidade com os requisitos formativos que a alude o referencial de certificação estabelecido na Portaria supra referenciada.

A auditoria foi bem-sucedida, tendo sido validada toda a informação constante do dossier e ainda, tendo em conta o percurso exemplar e de vanguarda do município enquanto entidade formadora, foi sugerido a elaboração do dossier da formação à distância, visto constituir uma mais valia e tendo em conta o percurso exemplar e de vanguarda do município enquanto entidade formadora.

Nesta sequência, a decisão de manutenção da certificação do Município de Palmela foi aprovada pelo Conselho de Administração da Fundação FEFAL, no passado dia 2 de novembro de 2022, para poder ministrar formação profissional aos/às seus/as trabalhadores/as, de acordo com a referida Portaria, em 7 áreas de formação: Sociedade de Informação e inovação, Direito administrativo, Gestão de pessoas, Segurança e Higiene no Trabalho, Conservação da natureza, Prevenção Rodoviária e Gestão dos serviços públicos de qualidade.

A importância da Certificação não se restringe ao requisito essencial para efeito de acesso a financiamentos públicos, mas ao reconhecimento/validação de toda a Formação Profissional que o Município de Palmela realiza.

. Plantações na serra – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho dá nota que continua a decorrer a campanha de reflorestação organizada pela Câmara Municipal de Palmela – “A Nossa Serra – Ama. Planta. Cuida” - na sequência das comemorações do Dia da Floresta Autóctone, que se assinala a 23 de novembro, e do incêndio de 13 de julho que assolou o concelho de Palmela e destruiu parte da sua área protegida.

Depois das ações realizadas a 26, 27 e 29 de novembro, estão previstas novas datas para a plantação de espécies autóctones, com o apoio de mecenas e voluntárias/os:

- a 16 de dezembro realiza-se uma ação de reflorestação em que vão participar trabalhadoras/es da empresa Fujitsu e alunas/os da Escola Secundária de Palmela

Destaca ainda, em jeito de balanço, que as iniciativas de 26 e 27 de novembro contaram com um forte envolvimento de cerca de seis dezenas de voluntárias/os que se associaram a esta causa, tendo sido plantados, no total, cerca de 500 exemplares de espécies autóctones, em Vale dos Barris e nas Encostas do Castelo. No dia 29 de novembro, as ações de reflorestação continuaram em Vale dos Barris e envolveram 30 trabalhadoras/es da empresa Multiópticas.

Relembra que as ações de reflorestação contam com o apoio do Projeto ProNatura da ANEFA - Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente. Também a Multiópticas, a Fujitsu, clientes da MEO/Altice, Rita Agostinho e a LENNA são mecenas que já cederam plantas para esta campanha (amieiros, freixos, ulmeiros, azinheiras, carvalhos cerquinhos, alfarrobeiras, medronheiros, nogueiras, zambujeiros, sobreiros, murtas, faias, pinheiros mansos, entre outras espécies).

Por último, reforça que o Município continua a programar ações adicionais com as/os proprietárias/os que se disponibilizaram para acolher ações envolvendo voluntárias/os, pelo que, em breve, as/os munícipes interessadas/os poderão inscrever-se em novas ações abertas ao público a anunciar oportunamente. Também as/os proprietárias/os afetados pelo incêndio que pretendam receber plantas para ações de reflorestação, ou estejam interessados acolher ações envolvendo voluntárias/os, deverão contactar o Município.

. Campeonato Regional de Natação - Palmela Desporto – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que se realizou entre os dias 18 e 20 de novembro, na Piscina Fernando Sacadura, em Algés, o Campeonato Regional de Juvenis e Absolutos de Piscina Curta, no qual participaram 13 nadadores/as em representação da Palmela Desporto, tendo obtido onze lugares individuais de pódio (quatro 1.ºs lugares, seis 2.ºs lugares e um 3.º lugar):

- Matilde Fialho, Campeã Regional, no escalão de juvenis B femininos, nos 100 metros costas, 200 metros costas, 200 metros estilos e 50 metros mariposa. Vice-Campeã Regional, no escalão de juvenis B femininos, nos 400 metros estilos;
- Leonor Parente, Vice-Campeã Regional, no escalão de absolutos femininos, nos 50 metros livres e 200 metros estilos;
- Margarida Miranda, Vice-Campeã Regional, no escalão de juvenis B femininos, 50 metros mariposa, 100 metros mariposa e 200 metros mariposa.
- 3.º lugar estafeta 4x100 metros estilos, juvenis B femininos, Matilde Fialho, Sofia Encarnação, Margarida Miranda e Joana Venceslau.

. Evento Internacional de Kempo Americano. Associação de Kenpo da Costa Azul – A Sra. Vereadora Maria João Camolas dá nota que se realizou nos dias 19 e 20 de novembro, em Méntrida – Madrid, Espanha, um Evento Internacional de Kempo Americano, que juntou a parte formativa com a realização de um Seminário e uma parte competitiva, tradicional e desportiva, que contaram com a participação de 15 atletas da Associação de Kenpo da Costa Azul.

- No que à parte desportiva diz respeito, foram conquistados dezanove lugares de pódio distribuídos por:
- Formas Tradicionais: Três 1.ºs lugares, três 2.ºs lugares e dois 3.ºs lugares;
- Combate: Quatro 1.ºs lugares, cinco 2.ºs lugares e dois 3.ºs lugares.

. Taça de Portugal de Kempo. Associação de Kenpo da Costa Azul – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa igualmente que se realizou no dia 26 de novembro, nas Caldas da Rainha, a Taça de Portugal de Kempo, na qual participaram duas atletas da Associação de Kenpo da Costa Azul, as quais alcançaram os seguintes resultados:

- Melissa Domingos: 1.º lugar em Formas Hard 14/15 anos Purpura/Verde; 3.º lugar em Semi-Kempo 14/15 anos +64Kg Purpura/Negro;
- Ana Rita Maia: 1.º lugar em Semi-Kempo 8/10 anos Branco/Laranja; 3.º lugar em Formas Hard 8/10 anos Branco/Laranja.

. Atraso nas faturas de água – O Sr. Vereador Raul Cristóvão, depois de cumprimentar os presentes, deixa um alerta quanto às queixas no atraso nas faturas da água que continuam a chegar a casa de munícipes já com o prazo de pagamento expirado.

Considera que esta situação, sobretudo para os mais idosos ou os que têm mais dificuldade, se sintam incapazes e com grandes problemas para pagar. Não por culpa dos munícipes, mas por culpa de alguém (refere que também não é dos CTT, porque os CTT queixam-se que os Códigos Postais não vão completos e sobretudo não indicam os três últimos algarismos).

Pede assim, esclarecimento para se perceber o que se está a passar e, principalmente, o que se pode fazer para se contornar este problema, que põe em causa, sobretudo as pessoas mais idosas, as que têm mobilidade reduzida e as que são/tem iliteracia informática.

. Infraestrutura viária / Burger King (Pinhal Novo) – O Sr. Vereador Carlos de Sousa, depois de cumprimentar os presentes, menciona que teve a oportunidade de visitar no Pinhal Novo a nova infraestrutura alimentar “Burger King” e que depois de “dar umas voltas” com o carro tentou perceber qual era a solução viária, pois estão a “meia dúzia” de metros da ponte e da rotunda ali existente.

Pede esclarecimentos adicionais sobre esta empresa e qual vai ser a solução viária para todo aquele conjunto.

. Parque de Estacionamento da Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Carlos de Sousa menciona também que teve oportunidade de ver o novo Parque de Estacionamento da Quinta do Anjo e alerta que a paragem dos autocarros ainda não foi colocada.

Questiona também o facto de o parque de estacionamento não ter qualquer árvore para sombras. Lembra que antigamente era um hábito colocarem árvores de sombra e hoje em dia, com as

questões das alterações climáticas e com tudo o que isso implica, se devia fazer nesse local uma pequena ilha de sombra.

Questiona, assim, se existe alguma razão técnica pela qual não se colocou nenhuma árvore e se hipoteticamente se irá colocar no futuro.

. Variante à EN379 (Sesimbra / Palmela) – O Sr. Vereador Carlos de Sousa, quanto à última questão e considera que ultrapassa todos, porque é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal.

Acredita que todos querem – e pensa que pode falar em plural -, a variante à EN 369. Crê, que, mesmo que o Governo ou as Infraestruturas de Portugal se decida a avançar com este processo, o mesmo irá demorar um bom bocado de tempo. Mesmo que se decidissem hoje avançar com o projeto e todo o resto, só daqui a 1 ou 2 anos e até lá, reforça é mais do que urgente fazer-se uma repavimentação da via.

Na sua opinião está, extremamente perigosa, seja para viaturas de 4 rodas, seja para viaturas de 2 rodas. Tem buracos, abatimentos em vários locais e portanto, sabendo que não depende da autarquia, fazer-se os possíveis e impossíveis – através de pressões públicas – para que as Infraestruturas de Portugal resolvam fazer esta repavimentação.

. Rutura de água em Pinhal Novo – A Sra. Vereadora Rita Tapadinhas, depois de cumprimentar os presentes dá nota que na Rua José Régio com a Rua do Mercado Municipal, uma conduta de água rebentou. Vários moradores ligaram para o pique de águas, que os informou de que iria demorar cerca de 30 minutos e acabou por demorar um dia e meio.

. Unidade de Ensino Estruturado: Escola EB2 de Hermenegildo Capelo (Palmela) – A Sra. Vereadora Rita Tapadinhas dá nota que na Escola EB 2 de Hermenegildo Capelo, a Unidade de Ensino Estruturado, está efetivamente com poucas condições. É uma sala pequena, com uma docente com horário completo e outra docente com horário de apenas 12 horas. Para quem trabalha com alunos/estudantes com necessidades específicas, estas condições são, manifestamente insuficientes.

. Refeições escolares: EB 2/3 José Maria dos Santos – A Sra. Vereadora Rita Tapadinhas, informa, igualmente que relativamente ao Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, na EB 2/3 José Maria dos Santos, continuam a receber queixas de Encarregados de Educação, que as refeições são de pouco sustento para cada criança e os tempos de espera continuam a ser demasiado longos. Dá o exemplo de crianças/estudantes que telefonam aos pais a informar que vão comer no bar pois não conseguem chegar a tempo de aula e os professores

marcam falta. Apesar das necessárias obras, sabem que não podem colocar a alimentação dos estudantes/crianças em causa.

Às questões colocadas pelos Srs/as. Vereadores/as, responderam:

_ Atraso nas faturas de água – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**, em resposta à questão colocada pelo **Sr. Vereador Raul Cristóvão**, começa por agradecer a questão colocada, porque sabe que, também tem sido referida nas redes sociais e assim apraz registar a questão e permite a sua intervenção e esclarecimento.

Informa que foi feita uma reunião de urgência com a empresa ANO, a empresa que é responsável pela faturação e a resposta dada foi e cita “face à situação e às circunstâncias que vivemos no mercado, existe uma grande dificuldade de fornecimento de papel”, ao qual o município respondeu que sendo o município um grande consumidor de papel, tal como a EDP, não tem esse problema.

Assim, foi reiterada a necessidade de uma explicação mais plausível e que se retratassem junto de todos os clientes, mas com uma resposta aceitável, pois a que deram serve de pouco.

Mais informa que este incumprimento e outros desta empresa, continuam a ser recenseados para que possa ser encetado procedimento com vista à aplicação das devidas penalidades.

Informa, também, que existem situações de atrasos por parte dos CTT, independentemente deste caso concreto não ser dos CTT. Têm tido reclamações de situações de muitos atrasos e a maioria deles serem dos CTT. Reforça que na maioria dos casos, ao longo do ano, estes atrasos têm sido dos CTT, pontualmente tem sido a empresa responsável e foi este o argumento que foi dado e que, não acolhe a perspetiva do município.

Adianta, também, que solicitou ao Diretor de Departamento, que questionasse a empresa ANO sobre a data em que foi pedido o fornecimento de papel e uma declaração do fornecedor em que a culpa é imputável a ele próprio.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** interrompe para alertar que existem muitos munícipes com uma idade avançada e que esta situação é muito complicada e terem uma fatura em atraso não é normal, sendo que ficam “atrapalhados e preocupados”. Termina a agradecer a explicação.

_ Parque de Estacionamento da Quinta do Anjo - Em resposta à questão colocado pelo **Sr. Vereador Carlos de Sousa** quanto ao estacionamento em Quinta do Anjo, a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** esclarece que devido à largura dos passeios, as acessibilidades poderão ficar comprometidas com a introdução de caldeiras, mas adianta que é uma questão pertinente e que irão analisar a hipótese de se colocar em algum espaço a proposta feita.

Quanto à paragem do autocarro, esclarece que a situação já se encontra reportada junto dos serviços municipais e que os mesmos já informaram a TML (que, elucida, tem ainda todas as paragens para colocar e recolocar nos casos em que estão mal colocadas), sendo este mais um incumprimento da Alsa Todi.

Termina a informar que a situação está identificada e encaminhada.

_ Rutura de água em Pinhal Novo- Em resposta à questão da **Sra. Vereadora Rita Tapadinhas**, relativamente ao pique de água, a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** informa que não tem de momento informação, mas normalmente não é hábito existirem esses tempos de demora.

Pede, assim, ajuda à Chefe e de Divisão e ao Diretor de Departamento, ambos presentes na reunião, para esclarecimento.

_ Atraso nas faturas de água – O **Sr. Presidente** intervém para esclarecer que quanto à questão das faturas da água, o município tem optado por não penalizar, em termos de atraso, juros, etc. os clientes/consumidores munícipes.

Considera um incómodo quando passa o “timing”, ou a data de pagamento para quem o faz via multibanco e ter de se deslocar ao atendimento (alertando que esta situação também não é desejável pois sobrecarrega o serviço de atendimento, quando todo o processo está feito de forma a agilizar e permitir que as pessoas “à distância” ter as contas em dia).

Termina a reforçar que não deixarão de pressionar a empresa, neste e em outros incumprimentos, atuando de acordo com aquilo que o Código da Contratação e as vias legais permitem.

_ Rutura de água em Pinhal Novo - Em resposta à **Sra. Vereadora Rita Tapadinhas** e no que diz respeito ao piquete de águas, acrescenta, o **Sr. Presidente** do que conhece no “dia-a-dia”, até porque a autarquia é avisada quase “ao minuto”, dos pedidos de intervenção, se existiu esse episódio foi porque aconteceu outro mais urgente e as equipas tiveram que intervir. O que se procura fazer nestes casos, esclarece, é fechar a água e fazer a intervenção um pouco mais tarde, quando existe disponibilidade ou quando é possível colocar outra equipa no terreno.

Acredita que são situações ou incidentes que acontecem e que dependem das circunstâncias diárias dos serviços e que procuram sempre melhorar.

_ Infraestrutura Viária: Burger King (Pinhal Novo) - Em resposta ao **Sr. Vereador Carlos de Sousa** sobre a solução viária/acesso ao Burger King, o **Sr. Presidente** esclarece que a mesma foi aprovada pelas Infraestruturas de Portugal. Do ponto de vista do município, têm que garantir

os direitos de qualquer proprietário e empreendedor de construir naquilo que o Plano Diretor Municipal valida como uso do solo apropriado para.

De facto, existe, para além de uma entrada e saída na rua que irá desafetar 280 metros para o domínio público, um outro acesso que poderá ser feito pela Rua de Olivença (mas que se quer pedonal e terá obras de urbanização, quase como uma ciclovia pedonal).

Esclarece que o que se impôs e a Infraestruturas de Portugal foram também ao encontro (embora o projeto já tenha chegado, trabalhado e concertado com a IP) que as entradas e saídas seriam exclusivamente feitas em “mão”, o que significa que quem sai do arruamento, e havendo vantagens em ter esse arruamento como público, para que os tempos de espera para virar não ocorram na nacional mas sim dentro desse arruamento. O que o município exigiu foi para que não existisse saídas fora de mão, e a colocação de “pilaretes” no centro da estrada para evitar a “viragem”, a criação de uma rotunda no triângulo dos Pinheirinhos (observando que quem passa diariamente já se apercebeu das marcações e do levantamento topográfico na zona). Aguardam, por isso, a luz verde, pois existem muitas questões a quem compete e a quem investe nesta matéria, a resolver com as Infraestruturas de Portugal.

Termina a informar que as entradas e saídas estão garantidas em segurança e com a cedência de domínio público, limitando assim os tempos de espera. Por outro lado, informa, a unidade tem uma determinada dimensão, cria 24 lugares de estacionamento. Todas estas questões foram bem avaliadas tecnicamente pelos serviços municipais e as contrapartidas foram bem impostas, tanto pelos serviços municipais e sobretudo pela Infraestruturas de Portugal, que gere a estrada nacional.

_ Variante à EN 379 (Sesimbra/Palmela) - em resposta à intervenção do **Sr. Vereador Carlos de Sousa**, o **Sr. Presidente** e referindo um pouco ao histórico e do facto de se terem feito algumas moções relacionadas com o assunto e aprovadas por unanimidade apresentadas à Infraestrutura de Portugal. Ao longo dos últimos anos as respostas das Infraestruturas de Portugal são muito lacónicas. Mencionam que não estão previstas reabilitação da estrada, nem, inclusivamente a sinalização horizontal (pinturas, passadeiras, traços de vias, traços contínuos, etc.) não estão no plano de trabalho. Mas depois de um abaixo assinado promovido pela Junta de Freguesia da Quinta do Anjo e de uma moção apresentada pela autarquia, houve uma resposta que constituiu uma “janela de esperança” e que até 2024 poderão ter um projeto de reabilitação para toda a estrada, entre São Gonçalo e Volta da Pedra (o que está dentro do território do concelho).

Realça que é muito importante, até pelo estado em que o pavimento se encontra (sinalização, segurança) mas também porque se quer fazer outras intervenções, nas entradas dos perímetros urbanos – entrada de Palmela, etc. -, que devem ser articuladas com estas obras das Infraestruturas de Portugal.

Estão, portanto, em sintonia, e procurarão ir dando informação sobre o decorrer deste último compromisso que a Infraestruturas de Portugal respondeu ao município.

_ Unidade de Ensino Estruturado: Escola EB2 de Hermenegildo Capelo (Palmela) - Em resposta à **Sra. Vereadora Rita Tapadinhas** quanto à EB Hermenegildo Capelo, esclarece o **Sr. Presidente**, que a questão diz respeito sobretudo ao Ministério da Educação. O município, no âmbito da comissão de acompanhamento da descentralização levarão esta matéria ao Sr. Delegado Regional, no dia 16 de Dezembro.

_ Refeições escolares: EB 2/3 José Maria dos Santos – O **Sr. Presidente** confessa que não tem tido registo de queixas, mas já haviam sido alertados para a situação exposta. A explicação dada pela **Sra Vereadora** [Maria João Camolas] foi no período transitório, enquanto decorram as obras, legalmente exigidas e reclamadas pela Câmara, na cozinha do estabelecimento de ensino, para que o município pudesse receber o estabelecimento e colocar lá a empresa contratada para fazer as refeições “in loco”. As refeições são confeccionadas na Escola Secundária de Pinhal Novo, que tem também uma sobrecarga de trabalho. Assume e reconhece que episodicamente, têm existido atrasos, estão a trabalhar para que tal não aconteça.

Sra. Vereadora Maria João Camolas, toma a palavra para esclarecer que as obras terminaram e que o refeitório já está a funcionar (não a 100%, pois falta um equipamento – o forno), sendo que as ocorrências referidas (que ocorreram em inícios de dezembro), aconteceram numa altura em que as obras ainda não estavam concluídas e que estavam a ser transportadas mais de 400 refeições da Escola Secundária do Pinhal Novo para a EB José Maria dos Santos. Esperam por isso, voltar à normalidade, sendo que estão a falar de um ponto de viragem, sobretudo na melhoria das condições higiénico-sanitárias, melhores condições de fornecimento de refeições, com qualidade e no horário e em tempo oportuno para os alunos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_24-22:

«A presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano foi elaborada de acordo com as regras do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), incluindo, em termos de estrutura e conteúdos, as inovações introduzidas por este novo referencial contabilístico, que revogou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), à exceção da elaboração de demonstrações financeiras previsionais, cuja obrigatoriedade para as entidades da administração local se encontra suspensa por efeitos do art.º 105.º da Lei n.º 12/2022 de 27 de junho e das normas relativas ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento (pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1. do POCAL).

Do ponto de vista programático o Orçamento para o ano económico de 2023 dá sequência ao novo ciclo autárquico, correspondente ao quadriénio 2021-2025, pelo que as Grandes Opções do Plano incluem a maioria dos compromissos constantes do Plano de Trabalho sancionado nas eleições de setembro de 2021, e reflete, pela primeira vez na sua totalidade, o impacto do processo de transferência de competências da administração central para os municípios e destes para as freguesias. Tendo em consideração a complexidade deste processo e a incerteza que permanece ao nível dos montantes a transferir para os municípios – ainda decorrem negociação sobre algumas matérias – e sobre o saldo financeiro real resultante da assunção pelas freguesias de competências municipais (nomeadamente ao nível das despesas com pessoal), só no final do ano de 2023 será possível dispor de uma avaliação rigorosa do esforço financeiro suplementar que o município terá de assumir – como se poderá constatar pela leitura do presente orçamento, os primeiros sinais não são animadores e suscitam sérias preocupações em termos de impacto futuro nas finanças locais, com acréscimos líquidos da despesa municipal.

Ainda no plano programático o ano de 2023 encerra o «Portugal 2020» – prevendo-se a conclusão de alguns projetos e o consequente encerramento de candidaturas com os respetivos pagamentos finais – , consolida e dá expressão financeira muito substantiva à implementação da Estratégia Local de Habitação e de outros projetos financiados pela Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e, espera-se, deverá dar início ao novo quadro comunitário de apoio – «Portugal2030» – com a abertura de avisos para a apresentação de candidaturas.

Em termos financeiros o enquadramento macroeconómico do orçamento municipal 2023-27 é, ao contrário do ano transato e pelas razões publicamente conhecidas, declaradamente pessimista. No momento da preparação do orçamento de 2022 as expectativas eram – legitimamente – otimistas: o controlo da pandemia e o consequente retorno gradual à normalidade do funcionamento sociedade e da economia, conjugado com o início do novo quadro comunitário e do PRR, permitiam perspetivar um crescimento robusto da economia para 2022 (5%) e mais moderado para os anos seguintes (2%). No atual contexto, com o agravamento da pressão inflacionista, uma crise energética de dimensões inesperadas e as consequências diretas e indiretas geradas por um conflito armado com potencial para afetar a economia mundial, as

expetativas apontam para uma recessão em 2023 e 2024, e uma potencial recuperação em 2025. Assim, segundo as últimas estimativas de diversos organismos, o crescimento do PIB em 2023 será de 2% – bem abaixo da previsão para 2022, que se situa nos 6,7% – devendo manter-se em valores dessa ordem nos anos subsequentes. A esperada recuperação em 2025 dependerá em grande medida da evolução do conflito armado na Ucrânia.

Apesar da inversão do cenário macroeconómico relativamente ao ano transato deve-se, contudo, sublinhar que todas as estimativas referem um crescimento, ainda que modesto, do PIB o que por si só constitui um elemento positivo: abranda o crescimento, mas não se prevê uma retração como ocorreu na crise de 2008.

Apesar desta visão pessimista relativamente à evolução da economia mundial e seus reflexos nas finanças municipais, a que se junta o clima de grande incerteza gerado pelo contexto de guerra na europa, as condições de partida do exercício de 2023 são francamente positivas, com disponibilidades financeiras suficientes para suportar o investimento já contratado e/ou comprometido, uma razoável «carteira» de candidaturas e/ou projetos cofinanciados aprovados, e uma folga orçamental para acudir a algum imprevisto, desde que de dimensão moderada.

Este quadro financeiro inicial resulta, em grande medida, do efeito conjugado de quatro fatores: (1) o bom desempenho da receita municipal em 2022, em particular dos impostos diretos (com um crescimento substantivo do IMT e da Derrama); (2) a arrecadação de receita não prevista no final do ano decorrente de transferências do orçamento de estado, muito em particular do acerto de valores não transferidos do Fundo Social Municipal relativos aos anos de 2019 a 2021; (3) a utilização em pleno das disponibilidades geradas pelas candidaturas a fundos comunitários.; (4) a capacidade para conter o crescimento da despesa nos limites das disponibilidades existentes, apesar da forte pressão inflacionista.

Neste contexto, o orçamento inicial de 2023 tem um crescimento face ao de 2022, na ordem dos 20,6 %,

- 62,4 milhões correspondem à receita própria do município, que cresce em devido aos bons resultados, em 2021 e 2022, dos impostos diretos – que afetaram positivamente a média dos 24 meses – e do aumento das transferências do Orçamento de Estado (FEF, FSM, Participação no IRS, Participação no IVA, transferência de competências);
- 2,5 milhões correspondem a comparticipações dos fundos comunitários de candidaturas aprovadas;
- 5,1 milhões correspondem à Estratégia Local de Habitação a financiar pelo Plano de Recuperação e Resiliência - PRR e pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana- IHRU;
- 1 milhão de euros correspondem a transferências do orçamento de estado para financiar investimentos da responsabilidade da administração central (Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária de Palmela e Regularização da Ribeira da Salgueirinha, 2ª fase);
- 1,4 milhões correspondem a empréstimos bancários contratados.

Este crescimento permite prosseguir uma política fiscal mais favorável para as famílias – nomeadamente através de nova redução da taxa do IMI –, a manutenção da tarifa da água (que não sofrerá qualquer aumento em 2023 apesar do crescimento significativo da taxa de inflação), a oferta de novos benefícios sociais e o reforço dos existentes, e ainda, o aumento da capacidade de endividamento, que se revela indispensável para financiar o volume de investimento inscrito no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para os anos seguintes.

No capítulo da despesa mantém-se a perspetiva de uma parte substancial do aumento das disponibilidades financeiras do município ser absorvida com compromissos e encargos existentes, em consequência do efeito conjugado de diversos fatores, nomeadamente: crescimento da taxa de inflação; crescimento exponencial da necessidade de contratação de alguns bens e serviços (caso da higiene e limpeza urbana nas suas diferentes vertentes); assunção de novos compromissos em resultado do processo de transferência de competências; necessidade de novas contratações de pessoal, desbloqueamento das progressões e promoções.

Em virtude de o crescimento da receita não resultar, em 2023 e anos seguintes, num aumento da capacidade de autofinanciamento, será necessário contratar um novo empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiar parte dos investimentos constantes do plano de trabalho para o mandato, inscritos ou a inscrever no Plano Plurianual de Investimentos. O montante global do empréstimo, a lista dos investimentos a financiar e respetivo calendário, serão definidos logo que seja possível efetuar, com o rigor possível, as estimativas orçamentais e programação física e financeira das obras a incluir no empréstimo. Contribuirão ainda para o processo de decisão a aferição das condições de candidatura a financiamentos comunitários no âmbito do «Portugal2030».

Em suma, com a informação de que dispomos, podemos concluir:

1. que 2023 será um ano muito exigente, marcado pela imprevisibilidade, forte abrandamento do crescimento do PIB e uma possível recessão económica;
2. que fruto das opções de gestão tomadas nos últimos anos (de agir com prudência, contendo a despesa, em particular a de natureza mais rígida e evitando cortes bruscos na estrutura da receita; de buscar permanentemente ganhos de eficiência nas despesas de funcionamento, de modo a permitir continuar a libertar recursos para o investimento e para a atividade; de implementação de uma política agressiva de obtenção de apoios e financiamentos externos; de gerir os saldos de gerência com parcimónia e numa perspetiva plurianual, entre outras) o município dispõe de meios para financiar o investimento e a atividade programadas para 2023 e ainda de uma folga orçamental para acomodar eventuais imprevistos.

Financeiramente, a proposta caracteriza-se por:

1. Orçamento

O Orçamento apresenta um valor global de 72,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 20,6% relativamente ao orçamento inicial de 2022 e menos 11% face ao orçamento em vigor (o qual incorpora o saldo de gerência de 2021).

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza 28,2 milhões de euros, registando um aumento de 18%, continuando a ser o capítulo com maior peso no total da receita (38,9%). O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, calculado com base na média dos últimos 24 meses, é a principal componente dos Impostos Diretos.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, participação variável no IRS e participação do IVA) totalizam 10,2 milhões de euros e representam 14,1% do total das receitas orçamentadas.

O capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de 5 milhões de euros, representa 6,9% do total das receitas. Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de 11,5 milhões de euros, representa 15,8% do total das receitas, registando um acréscimo de 5,2% relativamente a 2022.

Apesar das receitas ordinárias (receitas próprias mais transferência do estado resultantes da participação do município nos impostos nacionais) se situarem nos 62,4 milhões de euros, o orçamento da receita proposto tem o valor de 72,6 milhões de euros. Este diferencial resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de candidaturas ao «Portugal 2020», ao PRR e IHRU, no âmbito da Habitação, transferências de competências no âmbito da educação e saúde, bem como de verbas provenientes da utilização de empréstimos contratados. As despesas com investimento situam-se nos 14,2 milhões de euros no orçamento inicial.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: 42,6 milhões de euros (58,7%), dos quais 14,2 milhões correspondem a investimento (33,3%);
- Pessoal: 27,7 milhões euros (38,2%);
- Despesas não imputadas às GOP: 2,3 milhões euros (3,1%).

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura da Receita e Despesa para o ano 2023.

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Impostos Diretos	28 247 369,00	38,9%	Pessoal	27 688 598,00	38,2%
Impostos Indiretos	1,00	0,0%	Aquisição Bens e Serviços Correntes	20 095 857,00	27,7%
Taxas Coimas e Outras Penalidades	5 030 797,00	6,9%	Encargos Correntes da Dívida	385 789,00	0,5%
Rendimentos de Propriedade	26 094,00	0,0%	Transferências Correntes	6 659 180,00	9,2%
Transferências Correntes	17 797 665,00	24,5%	Subsídios	790 000,00	1,1%
Venda de Bens e Serviços Correntes	11 472 633,00	15,8%	Outras Despesas Correntes	412 584,00	0,6%
Outras Receitas Correntes	20 000,00	0,0%			
Total Receitas Correntes	62 594 559,00	86,3%	Total Despesas Correntes	56 032 008,00	77,2%
Venda Bens de Investimento	10 474,00	0,0%	Aquisição de Bens de Capital	14 554 985,00	20,1%
Transferências de Capital	8 488 845,00	11,7%	Transferências de Capital	398 605,00	0,5%
Passivos Financeiros	1 457 921,00	2,0%	Ativos Financeiros	0,00	0,0%
Outras Receitas de Capital	2,00	0,0%	Passivos Financeiros	1 571 753,00	2,2%
Total Receitas de Capital	9 957 242,00	13,7%	Outras Despesas de Capital	100,00	0,0%
Outras Receitas	5 650,00	0,0%	Total Despesas de Capital	16 525 443,00	22,8%
Total Receita	72 557 451,00	100,0%	Total Despesa	72 557 451,00	100,0%

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de 6,6 milhões de euros, que financia despesas de capital. Nos termos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a regra do equilíbrio orçamental é cumprida, existindo um diferencial positivo de 4,5 milhões de euros.

2. Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de 58,2 milhões de euros, dos quais 42,6 milhões com financiamento assegurado, aumentando 17,6% quando comparado com o valor das GOP iniciais do ano de 2022 e apresenta a seguinte estrutura:

OBJETIVO	2023		
	Total (€)	Definido (€)	Não Definido (€)
Funções Gerais	6 305 291	4 307 641	1 997 650
Serviços Gerais da Administração Pública	5 278 658	3 646 008	1 632 650
Segurança e Ordem Públicas	1 026 633	661 633	365 000
Funções Sociais	38 826 494	31 387 552	7 438 942
Educação	8 631 958	6 971 066	1 660 892
Saúde	797 966	717 966	80 000
Segurança e Ação Social	722 381	613 381	109 000
Habituação e Urbanismo	6 610 348	5 818 148	792 200
Ordenamento do Território	59 195	15 795	43 400
Saneamento	5 415 879	3 982 679	1 433 200
Abastecimento de Água	2 925 735	2 119 435	806 300
Resíduos Sólidos	6 591 525	6 093 525	498 000
Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	2 574 343	1 764 843	809 500
Cultura	2 335 712	1 703 062	632 650
Desporto, Recreio e Lazer	2 161 452	1 587 652	573 800
Funções Económicas	10 616 733	4 922 733	5 694 000
Indústria e Energia	1 766 200	1 711 200	55 000
Transportes e Comunicações	7 783 250	2 416 250	5 367 000
Comércio e Turismo	832 533	572 533	260 000
Outras Funções Económicas	234 750	222 750	12 000
Outras Funções	2 492 604	1 991 604	501 000
Total	58 241 122	42 609 530	15 631 592

3. Atualização da Tabela de Taxas

A Lei 53-E/2006, no seu n.º 1 do Artigo 9.º, refere que os orçamentos anuais das autarquias podem atualizar os valores das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos de acordo com a taxa de inflação, princípio transposto para o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Palmela (cf. Artigo 5.º do RTTM). Nesse sentido e face ao crescimento de preços verificado e seu impacto na estrutura de custos do município, considera-se imprescindível atualizar as taxas municipais, de acordo com a variação do índice preços no consumidor (IPC) dos últimos 12 meses em outubro, fixado pelo INE, em 6,65%. Deverão ser excecionadas desta atualização as taxas fixadas por disposição legal específica e ainda a Taxa de Ocupação do Subsolo, prevista no n.º 5.1 do Capítulo VII do RTTM, visando-se nesta opção municipal, contribuir para a atenuação do impacto do aumento do gás nos consumidores finais.

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027, bem como a atualização dos valores da Tabela de Taxas em 6,65%, ao abrigo do n.º1 do artigo 9.º da Lei 53-E/2006, na sua atual redação, com exceção dos valores que nela constem que sejam fixados por disposição legal específica e da taxa prevista no n.º 5 do Capítulo VII do RTTM.»

Em seguida, o Sr. Presidente passa à leitura da Introdução referente ao Orçamento e as Grandes Opções do Plano 2023-2027, que se transcreve na íntegra:

"Sustentabilidade é uma palavra omnipresente no nosso vocabulário e nos documentos estratégicos de organizações públicas e privadas, à medida que a Humanidade toma consciência da limitação dos recursos disponíveis e reconhece que o mundo se encontra num ponto crítico, sendo responsabilidade coletiva contribuir para o seu reequilíbrio. O Município de Palmela tem vindo a trabalhar na identificação e monitorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, na organização e no território, assumindo-os como uma meta muito concreta, que exige rigor, monitorização e o envolvimento de todas/os. No próximo ciclo, pretende-se continuar a aprofundar este trabalho e assumir a apropriação dos ODS como ferramenta estratégica de desenvolvimento e resposta aos múltiplos desafios.

Antevê-se um ano de 2023 particularmente desafiante, com graves impactos na vida das famílias. O Município responde a este contexto com um forte investimento na área social, numa visão holística, que vai além dos apoios diretos e tem reflexos na Ação Social Escolar, na Estratégia Local de Habitação, no apoio às IPSS, em ações de capacitação junto de comunidades mais desfavorecidas, no acompanhamento próximo da população idosa, nas reduções/isenções fiscais ou na aplicação do tarifário social automático. Contrariando, até as recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a Autarquia opta por suportar custos nos tarifários para consumo doméstico, para não onerar as famílias.

Depois da transferência de competências na área da Educação, que implicou grandes mudanças internas e o crescimento da organização, o Município prepara o acréscimo de responsabilidades nas áreas Social e da Saúde, continuando a pugnar, nos planos técnico e político, pela adequação dos respetivos Autos de Transferência à realidade e necessidades do território.

A conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal – documento orientador, por excelência, dos vetores de desenvolvimento do território – é acompanhada da elaboração/revisão de um largo conjunto de outros documentos estratégicos e normativos, como a Carta Educativa, a Carta Arqueológica, o Regulamento do Museu Municipal, o Diagnóstico Social ou o Estudo e Plano de Revitalização Económica do Centro Histórico. Depois da conclusão do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas, a implementação das medidas previstas para prevenção e mitigação de riscos é uma prioridade na área do Ambiente, onde as ações de sensibilização e educação ambiental se afiguram, também, como determinantes para a urgente mudança de mentalidades e atitudes.

O próximo ano é, também, marcado pelo esforço de infraestruturação do território, para requalificação em área urbana e expansão até às zonas periurbanas, e no campo da rede viária e do espaço público, tem continuidade o plano de pavimentações, com intervenções em todas as Freguesias, bem como uma nova campanha de reabilitação de pavimentos no Centro Histórico de Palmela e de acessibilidades, com particular impacto em Pinhal Novo e em Poceirão/Marateca. Com foco, precisamente, nestas duas freguesias rurais, inicia-se a implementação de uma

Operação Integrada Local, enquadrada pelo Plano Metropolitano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana de Lisboa e financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência, que representa 6,5 ME de investimento direto em ações diversas para alavancar os índices de desenvolvimento.

O Orçamento 2023 tem um valor global de 72,6 ME, um aumento de 20,6% face à dotação inicial de 2022 (+ 12,4 ME). O valor afeto às Grandes Opções do Plano cresce 17,6% (+6,4 ME face à dotação inicial de 2022), cifrando-se nos 42,6 ME, com a maior fatia (73,7%) a corresponder às Funções Sociais, que agregam os setores relativos à prestação de serviços básicos às populações. Educação, Resíduos Sólidos, Habitação e Urbanismo e Saneamento apresentam, em 2023, os maiores volumes de investimento.

Acompanhando as dinâmicas do território, que cresce, em número de habitantes, empresas e agentes, o Município continua a ampliar a rede de equipamentos culturais, desportivos e de apoio à comunidade, a pugnar pela qualidade e proximidade dos serviços disponibilizados e a trabalhar em parceria com entidades da tutela, com vista à captação de mais fundos para aplicação no território e de soluções que correspondam às necessidades das populações. Com o Pavilhão Gimnodesportivo de Palmela já em curso, inicia-se o trabalho com vista à segunda fase de Regularização da Ribeira da Salgueirinha, entre Pinhal Novo e Quinta do Anjo, e espera-se a concretização da Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo (projeto em elaboração) e do Posto da GNR de Poceirão (projeto já concluído). Além dos apoios financeiros e da cooperação institucional, a relação com as Associações de Bombeiros do Concelho consubstancia-se, neste ciclo, com um apoio extraordinário de 300 mil euros a cada associação, para aquisição de uma nova viatura de combate a incêndios.

E porque o Serviço Público não acontece sem pessoas, o Município continua a apostar no seu principal ativo – que cresce, quer por via da transferência de competências, quer do esforço permanente de recrutamento, para reforço das equipas - com um conjunto de medidas agregadas no Plano de Apoio e Valorização das/os Trabalhadoras/es, a apresentar no início do ano, e com múltiplas ações de melhoria das condições de trabalho: em instalações (intervenções no edifício dos Paços do Concelho, no edifício COOPINHAL, no Centro de Investigação do Património Cultural e nos Serviços Operacionais, entre outras), equipamento informático, maquinaria, viaturas, saúde ocupacional, formação profissional e incremento da participação e comunicação interna. A capacitação permanente das equipas, em áreas como a Cibersegurança e os serviços on-line, e o investimento transversal em modernização administrativa e sistemas de telegestão concorrem para a paulatina transição digital, bem como para uma gestão inteligente e integrada, que faz de Palmela, cada vez mais, uma verdadeira Smart City.

FUNÇÕES SOCIAIS

Este capítulo apresenta as áreas de intervenção mais diretamente relacionadas com a satisfação das necessidades básicas das populações, que correspondem a 73,7% das GOP, num total de 31,8 ME.

Educação

Qualificação do Parque Escolar

A assunção de novas competências na área da Educação tem forte impacto ao nível do orçamento, dos recursos humanos e da atividade nesta área, que sempre foi considerada prioritária. A obra de construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Palmela, na Escola Secundária, desenrolar-se-á ao longo de 2023. Continua o investimento no apetrechamento das escolas básicas e jardins-de-infância e na permanente ampliação e beneficiação do Parque Escolar, enquadradas pela concretização da revisão da Carta Educativa de Palmela. Encontram-se em estudo a construção de novas escolas básicas em Palmela e na zona nascente de Pinhal Novo e a segunda fase de ampliação da EB Cabanas. No horizonte 2023/2027, perspetivam-se a requalificação do logradouro do pré-escolar e outros espaços exteriores da EB Salgueiro Maia (Pinhal Novo), obras nos logradouros das EB Joaquim José de Carvalho (Palmela), Alberto Valente (Pinhal Novo) e Lagoa da Palha, na cobertura da EB Zeca Afonso (Pinhal Novo) e uma intervenção de fundo na EB João Eduardo Xavier (Pinhal Novo). Esta escola integra a campanha de qualificação dos Espaços de Jogo e Recreio, dotando-os de novos equipamentos e superfícies de impacto, que abrange, ainda, a EB José Saramago (Poceirão) e o jardim-de-infância de Lagoa do Calvo. Integradas, agora, no parque escolar municipal, são alvo de empreitadas de requalificação e modernização as Escolas de 2.º e 3.º ciclos Hermenegildo Capelo (Palmela) e José Maria dos Santos (Pinhal Novo), além da José Saramago, por via da OIL Poceirão e Marateca.

Apoios Socioeducativos

Com o agravamento das condições de vida, o Município continua a ampliar as medidas de apoio educativo e social às famílias, indo além das suas obrigações legais e ao encontro das necessidades concretas de cada território. Regista-se o aumento para 55 do número de Bolsas de Estudo a atribuir a alunas/os do ensino secundário, tecnológico, superior e, pela primeira vez, da área da música, e o alargamento da oferta dos cadernos de atividades ao 2.º ciclo do ensino básico. Consolida-se a vertente socioeducativa e pedagógica, com o apoio a projetos de escola, através do Regulamento Municipal de Apoio a Projetos Socioeducativos, e a prossecução de projetos próprios, como o "Fantasiarte", a Receção à Comunidade Educativa ou o "Aprender a Nadar".

Saúde

O importante trabalho de proximidade assegurado pela Unidade Móvel de Saúde, em particular, junto das populações mais dispersas, continua a ser aprofundado em 2023, bem como o potencial da Pista Check-Up de Quinta do Anjo, numa perspetiva de autorresponsabilização pela saúde. O projeto "Saúde Palmela", dinamizado em parceria com a Unidade de Saúde Familiar Santiago (Palmela), permite alavancar ações de sensibilização e esclarecimento, a par do trabalho com outros parceiros da área da saúde. Num período que se pretende determinante para a concretização da nova Unidade de Saúde Familiar em Quinta do Anjo, o Município continua a

lutar pela colocação de pessoal médico e de enfermagem e o aumento das consultas nos centros de saúde do Concelho.

Ação Social

O Atendimento Social a munícipes em condições de fragilidade ganha particular relevo neste ciclo. Além do encaminhamento de situações para estruturas locais ou regionais e do apoio mais robusto às IPSS – cedência de terrenos e colaboração técnica e financeira em candidaturas ao PRR, quer por via da Estratégia Local de Habitação (ELH), quer da OIL Poceirão e Marateca – sublinha-se o desenvolvimento da medida "Menu Solidário – apoio alimentar de emergência", o alargamento do Cabaz Solidário Saudável e o atendimento a migrantes pelo CLAIM. No âmbito do apoio à população de idade maior, merecem referência projetos como o serviço de Teleassistência "Cuidar +", entretanto alargado, o "Outubro Maior", o "Clique sem Idade", entre muitos outros, integrados na "Palmela Maior" – Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo, Saudável e a Relação entre Gerações 2021/2025. Em 2023, conclui-se o Diagnóstico Social.

Habitação e Serviços Coletivos

Habitação

A implementação da ELH continua, naturalmente, a ocupar um papel central nos objetivos deste setor, ao longo do quadriénio. Prevê-se, para 2023, a aquisição de 40 fogos, preferencialmente nas Áreas de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo, e a contratação de serviços para elaboração de projetos relativos à construção de 41 fogos para arrendamento em regime de renda apoiada. São apoiadas as soluções a desenvolver por entidades do 3.º setor e beneficiárias/os diretas/os. A par do investimento na requalificação e conservação do parque habitacional do Município, é aberto concurso para atribuição de habitações adquiridas e/ou reabilitadas.

Centro Histórico

Além do pacote de medidas de incentivo e benefícios fiscais concedidos pelo Município, e que têm tido reconhecido impacto na reabilitação urbana do Centro Histórico, avançam importantes obras, promovidas diretamente pela autarquia em edificado de elevado interesse patrimonial e espaço público. Os novos quadros comunitários de apoio abrem oportunidades de consolidação da estratégia gizada para este núcleo urbano, de forma transversal, com destaque para a requalificação de pavimentos e infraestruturas. A requalificação do Largo do Chafariz D. Maria I (com projeto em aprovação na Infraestruturas de Portugal) e da Alameda 25 de Abril, incluindo a zona do terminal rodoviário, é um importante contributo para a imagem urbana e fruição de uma das principais entradas na vila. É lançado o Estudo e Plano de Revitalização Económica do Centro Histórico e tem continuidade o desenvolvimento de projetos participados por agentes económicos locais e pela comunidade, que estimulem novas dinâmicas e vivências nesta área urbana.

Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico

Prevê-se realizar a Consulta Pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal durante o primeiro trimestre de 2023, com elaboração da proposta final para submissão e aprovação pelos órgãos municipais até ao final do ano. Entretanto, são desenvolvidos outros estudos estratégicos, como a "Delimitação de Zonas Ameaçadas pelas Cheias" ou o Plano Municipal de Redução do Ruído. A cooperação próxima com as Comissões de Administração das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal continua a ser determinante para impulsionar o desenvolvimento e/ou conclusão de processos de reconversão e reforçar a coesão territorial do Concelho. Com a nova plataforma E-paper para o Urbanismo já disponível nos Serviços On-Line, o próximo ano é de permanente capacitação interna das equipas, monitorização do processo e aumento do número e tipo de pedidos a disponibilizar.

Saneamento e Infraestruturas

A idade das primeiras redes de infraestruturas construídas nos principais núcleos urbanos do Concelho e o aumento da população residente em zonas periurbanas justificam o investimento estratégico na renovação e/ou ampliação de infraestruturas e otimização de sistemas. Em 2023, tem continuidade a infraestruturização faseada em Lagoinha e Olhos de Água, bem como o esforço de conclusão de obras de urbanização em substituição dos titulares de alvarás de loteamento, com particular impacto nas urbanizações de Val'Flores e Quinta dos Farias (Pinhal Novo) e Palmela Village (Quinta do Anjo). Em Cajados, a rede de esgotos avança para a Travessa 5 de Outubro, Rua 5 de Outubro e Bairro do Palmelão, e conclui-se o procedimento para a execução da rede de drenagem em vários arruamentos da Carregueira/Abreu Grande (Pinhal Novo). Sublinha-se o investimento na telegestão do sistema, em baixa, de drenagem de águas residuais domésticas.

Abastecimento de Água

Neste campo, é transversal a todas as freguesias o plano de expansão e remodelação das redes de abastecimento. Com a convicção de que a Água é um direito fundamental, o Município procura garantir o acesso universal a água de excelente qualidade, de forma sustentável e mediante a aplicação de tarifários sociais, contrariando as recomendações da Entidade Reguladora. Para reforçar o abastecimento de água a Pinhal Novo, é executada a conduta adutora dos novos furos ao Reservatório da Fonte da Vaca e continuam as obras de remodelação de nós na zona sul, nomeadamente, no Bairro Xavier de Lima e das ruas Antero de Quental e Combatentes da Grande Guerra. Em Cabanas, conclui-se a substituição da rede de distribuição na Rua Miguel Cândido, entre outras, e na Lagoinha, é prolongada a rede na Avenida Marechal Gomes da Costa.

A par do investimento em captações e estações de tratamento, com a conclusão da ligação do furo RA1 ao sistema de abastecimento de Palmela, o Município está, já, a estudar novos furos, em particular, na zona das Carrascas. Para a zona nascente do Concelho, regista-se o projeto de ampliação, remodelação e reforço da rede de abastecimento ao Forninho, Asseiceira e Fernando Pó.

Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

A recolha porta-a-porta passou a incluir, recentemente, os biorresíduos e continua a fazer caminho, com o alargamento a outros núcleos urbanos, sendo, já, visíveis os seus impactos positivos na limpeza das zonas abrangidas. A recolha mais alargada de biorresíduos é, aliás, um objetivo central do Município, que tem vindo a trabalhar no sentido da instalação pela Amarsul de uma central de recolha e destroçamento de resíduos verdes em Poceirão. Continua a aposta na renovação da frota afeta aos serviços de recolha, na ampliação da rede de papelarias e beateiras, bem como nas ações especiais de fiscalização e limpeza, como forma de combate à deposição ilegal. A montante, desenha-se uma campanha de Educação e Sensibilização Ambiental a três anos, que promova um maior envolvimento da sociedade civil nesta temática

Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza

Concluído o Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas, o Município dá sequência à implementação das medidas de mitigação previstas. Prevê-se a instalação de mais estações meteorológicas para a criação de uma rede de monitorização climática no Concelho, complementar à da AML. Entre os projetos desenvolvidos com a comunidade, destacam-se as EcoEmpresas, a comemoração de efemérides diversas e a consolidação das Hortas Comunitárias, com novos espaços em Quinta do Anjo e Pinhal Novo.

Paralelamente à ampliação do parque de recreio do CROA, são instalados novos parques de recreio para animais em várias localidades, bem como novos abrigos para felídeos, num permanente reforço da rede de equipamentos e cuidadoras/es, e continuam as ações de esterilização de animais abandonados, ao abrigo do programa CED.

No âmbito da OIL Poceirão e Marateca, as localidades de Águas de Moura, Poceirão e Fernando Pó são alvo de múltiplas ações de reabilitação do espaço público, jardins, fontes/fontanários e espaços de lazer, entre outros. Em Pinhal Novo, tem especial relevo a requalificação paisagística e de acessibilidades da Alameda Alexandre Herculano.

Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

Cultura

A entrada em funcionamento de novos equipamentos culturais, ao serviço da comunidade – caso do Monte do Francisquinho, do Centro Comunitário de Águas de Moura e do Centro de Investigação do Património Cultural - a participação em redes nacionais e internacionais e a requalificação de instalações de várias coletividades, em particular, na zona nascente do Concelho, por via da OIL Poceirão e Marateca, têm impacto no aprofundamento das dinâmicas nesta área. A implementação de soluções tácteis e digitais, a adaptação de espaços e a disponibilização de conteúdos com tradução em Língua Gestual Portuguesa são algumas das medidas que contribuem para um território mais inclusivo.

No Castelo, destaca-se o estudo de estabilidade da Torre de Menagem e intervenções na Igreja de Santiago, em paralelo com a transferência dos serviços municipais para o novo Centro de Investigação. A revisão da Carta Arqueológica do Município, a conclusão do projeto museológico para a Casa Capelo e a criação do Regulamento do Museu Municipal e normas técnicas da Política de Incorporação – essencial para a candidatura à Rede Portuguesa de Museus – são marcos do trabalho a desenvolver em 2023, que conta, igualmente, com várias novas exposições e uma componente dedicada ao público infantil no Museu – A Estação. Em outubro, o IX Encontro Internacional sobre Ordens Militares reafirma Palmela como ponto de encontro obrigatório para quem estuda estas matérias.

O projeto "Os Direitos habitam nas histórias" dá o mote a várias iniciativas de carácter anual, caso do Concurso Literário e da "Hora do Conto". Além do novo Regulamento de Funcionamento da Rede Municipal de Bibliotecas Públicas, são novidades as Normas de Apoio à Edição e o Guia das Bibliotecas Sustentáveis, com o Grupo de Bibliotecas Escolares e a ENA, bem como o Prémio de Investigação do Município de Palmela. No programa de Formação para a Comunidade, continua a merecer destaque a formação de Português para pessoas estrangeiras, importante contributo para a integração de migrantes. As conversas literárias "365 Dias de Romance" trazem a Palmela os nomes maiores da literatura nacional, e a proposta "Pela Boca entra a Literatura" é aprofundada, conferindo notoriedade a este projeto diferenciador.

O Cine-Teatro S. João, ainda a celebrar 70 anos de vida, vê reforçado o seu papel enquanto principal sala de espetáculos do Concelho, com uma programação eclética e de grande qualidade, que inclui espetáculos, extensões de festivais nacionais e o tão aguardado retorno do Cinema. Também o "Palmela é Música!" continua a fazer caminho e a afirmar esta marca do território, com um programa de espetáculos, debates, homenagem à música e aos músicos e a segunda edição do "Méee – Festival Folk". Depois de várias edições canceladas ou com limitações impostas, devido à pandemia, prevê-se a concretização, em pleno, do calendário de iniciativas de carácter comunitário, como as Janeiras, as Serenatas em Poceirão, a Queima do Judas ou as comemorações do 49.º aniversário do 25 de Abril de 1974, sem esquecer que 2023 é ano de FIG – Festival Internacional de Gigantes, momento alto de celebração da cultura popular. De igual modo, o Município prossegue os programas de desenvolvimento cultural do Teatro, da Música, da Dança e das Artes Visuais, em parceria estreita com associações, artistas e outros agentes locais. No âmbito do apoio ao movimento associativo, releva-se, também, a fase final de revisão do Regulamento e a realização de um Encontro Concelhio.

No âmbito da OIL para as freguesias rurais, merecem destaque os projetos Acordeão e Percussão e a viatura adaptada OVO, para uma Cultura cada vez mais próxima, acessível e descentralizada.

Juventude

As políticas municipais na área da Juventude estão espelhadas, de forma transversal, em todo o Orçamento Municipal, desde incentivos ao arrendamento jovem a projetos de apoio ao emprego e empreendedorismo jovem, sem esquecer múltiplos projetos desportivos, participativos ou

culturais. Sublinha-se, também, a entrada em funcionamento do novo Centro de Recursos para a Juventude de Águas de Moura, integrado no Centro Comunitário, e novas dinâmicas em áreas como a Arte Urbana, o Street Basket ou o Skate. Além de dar continuidade aos concursos de promoção de talentos, o Município aposta na qualificação e potencial de crescimento de programas centrais, que marcam a relação de parceria com o movimento associativo juvenil e grupos informais, como o "Março a Partir" e o Concurso de Bandas Amadoras de Palmela.

Desporto, recreio e lazer

O ciclo de ampliação da rede de infraestruturas desportivas ao serviço da comunidade tem sequência com a construção de uma Pista Simplificada de Atletismo, de campos de Padel e do Pavilhão Gimnodesportivo de Palmela, já em curso, além do objetivo permanente de requalificação de Espaços de Jogo e Recreio e de Polidesportivos e do apoio à realização de obras em instalações de clubes e associações. Os Programas Municipais de Desenvolvimento de modalidades continuam a ocupar um lugar central na política de promoção desportiva, a par do trabalho desenvolvido com as escolas - como os Jogos Desportivos Escolares, o "Aprender a Nadar", o "Aprender a Jogar" ou o "Ciclismo vai à Escola", alargado à EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo) – e a comunidade em geral, com projetos como o "Mexa-se em Palmela", o "50+ - Programa de Atividade Física" e o "Viver Melhor, Viver com Autonomia". No quadro competitivo, provas como a "Pinhal Novo Night Run, "a "Palmela Run", a "Clássica da Arrábida" ou o regresso da "Granfondo da Arrábida" marcam o calendário nacional e atraem milhares de atletas ao Concelho.

FUNÇÕES ECONÓMICAS

As Funções Económicas englobam os setores da indústria e energia, transportes e comunicações, comércio e turismo, e correspondem a 11,5 % das GOP, com uma dotação global de 4,9 ME.

Indústria e Energia

Num período em que a urgência na transição para a energia verde se coloca de forma evidente, o Município mantém o interesse na fixação de investimento e projetos de parceria, que contribuam para o cumprimento desse objetivo. Tem continuidade a migração da frota de veículos e máquinas para modos híbrido, elétrico e gás natural veicular (frota pesada) e a instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo. Com a instalação da nova rede de iluminação pública LED já concluída, aprofunda-se, em 2023, o respetivo sistema de gestão e a instalação da infraestrutura de comunicações LoRaWan, cuja plataforma terá aplicação prática em diversas áreas da atividade municipal. A vertente de sensibilização reflete-se em ações como a comemoração do Dia Mundial da Energia e a associação à iniciativa internacional "Hora do Planeta".

Transportes e Comunicações

O Município mantém um esforço continuado de beneficiação da rede viária municipal, prevendo-se a conclusão da segunda fase do HUB 10 (Quinta do Anjo) e a realização de mais de uma

dezena de obras de pavimentação/repavimentação de vias, onde se incluem as ruas Isidoro Vitorino, 13 de Maio e da Barafunda (Lagoinha), Manuel Carvalho Domécio (Quinta do Anjo), António Joaquim Ferreira Calote, Manuel Basílio/João Petróneo, Joaquim Elias de Carvalho até à Rua do Chaparral e a segunda fase da Rua Manuel Xavier de Carvalho (Cabanas), Jaime Lopes Baião (Venda do Alcaide), dos Maios (Marquesas II) e novos troços da EM 533 e 533-1. O investimento em calçadas, acessibilidades, estacionamento consolidado e alargamento da rede de postos de carregamento de veículos elétricos são contributos para a mobilidade sustentável. Merece destaque, nesse sentido, o projeto-piloto "CicloExpresso" – um comboio de bicicletas para a escola, com circuito definido e acompanhado por monitoras/es. No contexto da OIL Poceirão e Marateca, são requalificadas as artérias principais das aldeias de Poceirão e Águas de Moura, incluindo rebaixamento de passeios, qualificação do estacionamento e sinalética. O Município continua a monitorização permanente do cumprimento do contrato de concessão de transporte público rodoviário, na expectativa da normalização do serviço e na concretização das muitas melhorias desenhadas na rede, com reflexos positivos na vida das populações.

Comércio e Turismo

Esta área de trabalho apresenta como eixos estruturantes o Turismo Cultural, Religioso e de Natureza, o Enoturismo e a Gastronomia, e continua a assentar em parcerias estreitas com agentes do setor e outros territórios. Em 2023, pretende-se incrementar, com a presença nos media e em certames nacionais e internacionais, a notoriedade das campanhas "Palmela, o que seria da vida sem a viagem?" e "Palmela Conquista". Esta última, a celebrar 10 anos, está em processo de avaliação, no âmbito do Portugal Branding – Programa Nacional de Desenvolvimento de Marcas Territoriais, com vista ao seu alinhamento estratégico para o futuro. Sinalizar o Caminho de Santiago em Palmela e criar oferta turística associada, dinamizar os diferentes percursos pedestres do território, aprofundar as parcerias com os municípios de Silves e Guimarães, e potenciar o projeto Centro Rural Vinum, que afirma o potencial de Fernando Pó enquanto aldeia vinhateira, são algumas das prioridades estratégicas. Ao nível do calendário anual, merecem destaque iniciativas de referência como o Arrábida Walking Festival, este ano dedicado à Geologia, o Mercado Caramelo, o Palmela Wine Jazz, a Feira Medieval, o Fórum Turismo, o "Viva o Natal no Município de Palmela" e o Festival do Moscatel.

OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS

Feiras, Mostras e Outros Eventos Locais

A par da promoção dos Mercados Municipais de Palmela e de Pinhal Novo, com a dinamização de iniciativas complementares com a participação de artesãos/ãos e microempresas, continuam a ter destaque o Mercado da Aldeia e os Mercadinhos d'A Moura e de Poceirão.

O Festival Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó e a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão são importantes contributos para a valorização dos produtos endógenos, objetivo central que tem prossecução, igualmente, em projetos como o Plano de Ação para a Valorização

da Maçã Riscadinha, a monitorização e apoio ao Queijo de Azeitão e certificação de produtos, e o novo Plano de Ação para a Valorização da Fogaça de Palmela. Continuam os trabalhos de implementação do POMAR – Plano Operacional Municipal para a Alimentação Resiliente e do programa "Palmela Bio", de promoção da agricultura biológica, que enquadra a participação do Município na FoodLink – Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares.

Emprego e Empreendedorismo

Num contexto particularmente difícil para as empresas, o Município dá sequência ao diagnóstico do tecido empresarial e económico, para aferir as carências e constrangimentos atuais, e agir em conformidade. Qualificar e promover as principais áreas de concentração de empresas, dotando-as de melhores infraestruturas, é um objetivo essencial para a atratividade e fixação de investimento. No âmbito da Incubadora de Empresas de Pinhal Novo, é renovado o Plano de Ação. Com vista à continuada qualificação e inovação do tecido económico, o Município mantém a aposta na cooperação com os agentes do setor e, em particular, com centros de conhecimento, que ajudem a potenciar os ativos locais e abram novas linhas de desenvolvimento.

OUTRAS FUNÇÕES

Os processos de transferência de competências da Administração Central para o Município, e do Município para as freguesias, continuam a marcar sobremaneira as dinâmicas de trabalho, com fortes impactos na atividade, nas equipas e no orçamento. O total de transferências financeiras para as Juntas, a concretizar em 2023, será superior a 2,6 ME.

O Município assume a Presidência da Assembleia da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, com profunda responsabilidade e convicção no papel que a cooperação internacional desempenha no caminho para o verdadeiro progresso e para a Paz. Nesse sentido, estreita laços fraternos com os territórios parceiros, nomeadamente, em Cabo Verde, mas também com territórios em todo o mundo que partilham objetivos comuns, em áreas como a cultura, a economia ou o turismo, sempre com a certeza de que aquilo que nos aproxima será sempre mais importante e enriquecedor do que aquilo que nos separa, e de que aquilo que conseguirmos construir em 2023 será determinante, em termos locais e globais, para definir o futuro."

Sobre a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027, numerada DAFRH 01_24-22, intervêm:

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** começa por parabenizar os técnicos da autarquia que elaboraram o documento, que se apresenta bastante extenso.

No entanto, precisa de vincar um ponto, pois nem sempre o facto de um documento ser extenso é sinónimo de ser um documento esclarecedor, antes pelo contrário. Pode-se correr o risco de ser um documento cansativo de analisar tal é a sua pormenorização. Dá o exemplo do Capítulo "Enquadramento da Política Orçamental", um capítulo com 40 páginas, em que se analisa a economia portuguesa desde 2013 e anda-se para trás e para a frente para tentar justificar, por

um lado a cautela que se terá na apresentação do orçamento plurianual, por força da retração da economia, que se prevê que chegue até 2025. Mas por outro lado, justifica-se o aumento extraordinário das receitas da autarquia por força do crescimento económico que se tem vindo a verificar, ano após ano. E que em 2022, tal como aparece nas contas, foram atingidos níveis bastante altos. Mas também, ao mesmo tempo não se pode considerar esse crescimento económico no seu todo, porque, se prevê um abrandamento da economia mundial, por força da Guerra da Ucrânia. Ou seja, são 40 páginas onde existe um labirinto infundável de projeções e análises e que por vezes confundem a essência do documento. Por este motivo, deixam uma sugestão, a revisão futura do documento, para o tornar um pouco mais compacto e com referência apenas aos pontos essenciais. Pontos que se justifiquem diferenciadores para o ano seguinte e que justifiquem a sua referência.

O Partido Socialista defende que cada orçamento que seja apresentado anualmente, apresente novidades, indissociáveis aos sinais dos tempos, nomeadamente referentes aos desafios sociais que inevitavelmente irão enfrentar. Por exemplo: a delegação de competências a ocorrer e que se vai intensificar em 2023, sendo do maior interesse operacional, não tem sido em processo de transição e esse facto não deixa de ser notório no documento em questão. Pouco ou nada é referido sobre o processo. Recorda que no ano transato, referiu a inexistência de um capítulo alusivo a esse processo e a resposta foi que “não existiam elementos suficientes para o fazer, nem em termos de metodologia e de valores a incluir em orçamento”. Observa que existe agora outro documento, e as rubricas referentes à descentralização de competências estão incluídas, mas a metodologia de trabalho para operacionalização não é consistente. Questiona se não se deveria ter explanado melhor, para que se pudesse analisar melhor e aprova-lo para perceber como vai ser todo este processo que é novo para todos: a descentralização.

Consideram, também, planejar, objetivar e programar, devem ser funções vitais nas autarquias e temem que neste caso, quer o planeamento, como a programação não esteja tão intrínseca e explanada como deveria estar.

Acreditam que os orçamentos apresentados, ano após ano, pouco mudam. São documentos que se replicam ano após ano, e em 2023 não fossem as verbas referentes às transferências de competências e aos investimentos do PRR, nada mudou relativamente ao ano anterior, a não ser a maximização das receitas fiscais para manter os níveis de gestão corrente.

Consideram que, na realidade as receitas têm aumentado, de forma sustentada, o que permite que a autarquia tenha as contas apresentadas, porque tem um aumento de receitas não equiparáveis ao investimento que poderia ter sido feito. O aumento de impostos diretos entre 2016 e 2021, de acordo com o documento apresentado, foi de 6 milhões de euros. Em 2022, prevê-se que atinja os 6,5 milhões de euros. Realça que não foi mais, porque o Partido Socialista sempre pressionou o executivo para aliviar o imposto às famílias. Não foi, de certo, um compromisso da CDU, porque se fosse, poderiam ter começado a fazer muito antes. Deste modo,

segundo o Partido Socialista, não é verdade o que consta no documento, que tenha sido um compromisso da CDU: alivar o imposto às famílias.

No lado das despesas, observam, um crescimento limiar, de acordo com a inflação e de acordo com o PIB. Excetuando-se as despesas de capital que apresentam um crescimento maior, por força, também, das candidaturas aos fundos comunitários e que atingirão o ano de 2023 o valor mais alto de sempre, cerca de 26,6 milhões de euros.

Dentro da área dos investimentos, realçam o investimento, que para o Partido Socialista terá um impacto gigantesco nas despesas correntes da autarquia. Trata-se do investimento na área da eficiência energética, num pelouro atribuído ao vereador do Partido Socialista, que já conseguiu diminuir os custos do contrato de energia de 2 milhões de euros/ano para cerca de 1.8 milhões de euros/ano, através da substituição de praticamente todas as luminárias para a tecnologia LED. Considera importante realçar esta medida, que para além do impacto direto na redução de custos, promove o combate às alterações climáticas que todos abordam diariamente. Foi uma opção certa, na altura certa, quer em termos ambientais, quer em termos económicos. Os maiores ganhos foram os ambientais. A instalação da rede inteligente no Concelho e a rentabilização que em termos de otimização da gestão autárquica pode resultar. Foram aproximadamente 2 mil toneladas de CO₂/ano que se deixaram de emitir, o que equivaleu à absorção de CO₂/ano de 18.780 árvores. Consideram que esta é uma medida de ressalvar.

Quanto às verbas alocadas às Grandes Opções do Plano, continua-se a manter a mesma estratégia de atuação. Lamentando por isso, a não existência e aproveitamento neste ano de mudança para uma análise melhor ao território.

O documento faz um enquadramento gigante para falar da crise que se perspetiva, mas não conseguem perceber no orçamento que políticas de proximidade serão implementadas pelo município para combater a crise social, para apoiar as famílias que sofrerão com a crise, para apoiar as instituições do concelho.

Mencionam que não conseguem encontrar nenhum projeto novo no documento, nem mesmo na introdução que foi apresentada no início da reunião. Apenas a replicação de projetos já existentes.

Realça que o incremento que podem analisar dentro das funções sociais, limita-se à incorporação de verbas da descentralização de competências, à continuidade do Cabaz Alimentar e alguma referência à Estratégia Local de Habitação.

Consideram, assim, que se poderia estar muito mais adiantada, face às necessidades que existem no concelho.

Assumem que gostariam de ter visto muito mais: incrementar verbas por alunos para atividades socioeducativas numa fase em que as famílias estão a passar tantas dificuldades. Introdução dos pequenos almoços a todas as crianças do pré-escolar, tal como já tinham vindo a solicitar desde o mandato anterior. Não seria uma medida importante a nível social, questiona.

Em termos demográficos, deixa o exemplo e referindo a base dos Censos disponíveis, observam uma tendência do aumento populacional no concelho, mas existe, também uma tendência crescente para o envelhecimento da população e também um decréscimo na natalidade. São dados preocupantes, quer em termos de apoios de política social aos idosos, onde se inclui, toda a rede social do concelho e desta forma a importância de políticas de proximidade, estruturadas e de apoio ao terceiro setor e que não existe. Mas também, em políticas municipais de apoio à natalidade, que por exemplo, também não existem.

Sublinha que existem tantas medidas de apoio direto social que poderiam ter sido implementadas e que já foram várias vezes abordadas em reuniões de câmara passadas e que a oposição está e estarão sempre disponíveis para ajudar e que não conseguiram ver nada de novo no documento. Esse facto preocupa. A passividade de se manter o que já existe e não se procurar coisas novas.

Acrescenta que o pior é ver de ano para ano, não existir a necessidade ou a preocupação de se justificar atividades que não são feitas. Referindo-se, essencialmente ao Fórum Social de Palmela que continua a aparecer no documento e refere *ipsis verbis* como um marco importante para o concelho, mas que este ano não foi realizado e não existiu qualquer comunicação por parte da autarquia a justificar a sua não realização.

Abordam, outras áreas. A nível do comércio local não veem quaisquer medidas de apoio ao setor, pese embora a crise, que tanto é abordada no documento e que já foi referida por várias vezes.

Quanto ao turismo, não é apresentado plano revitalizador para o ano, pese embora os números indicarem uma diminuição acentuada.

A nível do investimento do concelho, refere, é da maior urgência ver-se aprovado o PDM (tal como referido pelo Sr. Presidente), mas a revisão deveria ter sido terminada em 2007 e mesmo reconhecendo e aceitando os atrasos no processo, consideram tempo demasiado e por isso esperam que se cumpra, de facto em 2023.

Acreditam que se poderia ter ido mais além, poderiam ter tido a preocupação de analisar a conjuntura e ter encontrado estratégias efetivas de apoio ao território, e não se manter a dinâmica atual.

Refere que gostariam de ter visto no documento a proposta de metas orçamentais para a revisão e implementação do, por exemplo, Regulamento do Sistema de Controlo Interno ou do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo de corrupção e infrações conexas, pela importância que representam para o funcionamento interno e transferência da administração local.

Termina a referir a Palmela Desporto, pedindo um esclarecimento. Na página 177 do documento, refere uma transferência da autarquia de 790 mil euros, para 2023, para a Palmela Desporto, mas nos documentos apresentados pela Palmela Desporto, mantêm-se os 780 mil euros. Questiona qual dos dois é que está correto.

Mencionam, também que ao ler o documento da Palmela Desporto que está em anexo ao orçamento, algo chamou a atenção e que fazem questão de referir: na justificação do orçamento da Palmela Desporto, menciona e cita “a indemnização compensatória está amplamente justificada, inclusive, estará aquém do que seria eventualmente exetável, tendo em conta o desiderato social estatutário”. Concordam que se pode escrever o que bem se entende, mas a questão é que a Palmela Desporto não apresenta nenhum desiderato social que justifique este aumento. Até pelos preços que são praticados pela própria empresa. O que a Palmela Desporto precisa, acreditam, é de diversificar a sua intervenção como já, por várias vezes, o Partido Socialista abordou. E o propósito desta empresa é, apesar de existir a compensação, diminui-la ano após ano. Não é encontrar-se formas de justificar o seu aumento. Assim, consideram que existem argumentos que são utilizados no documento que poderiam ser evitáveis, pois não “ficam bem” para o modelo de gestão que está implementado.

Conclui que, embora não seja o orçamento do Partido Socialista, nem o orçamento que fariam, mas também não é intenção boicotar o trabalho do executivo, irão se abster do orçamento.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** começa por referir que quando começaram a analisar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano 2023/2027, a primeira coisa que “saltou à vista” foi o grande acréscimo na dotação financeira inicial. Cerca de 60 milhões e 151 mil euros em 2022 para 72 mil e 557 euros em 2023, devido aos novos valores transferidos, relacionados com as novas competências e ao grande aumento de algumas taxas municipais.

O MCCP vê, com agrado este significativo aumento das receitas, mas fica descontente quando constata quais as opções tomadas nas diferentes áreas de intervenção municipal. Ou continua a existir uma falta de visão estratégica ou uma falta de sensibilidade em áreas específicas ou ainda, problemas antigos, que em 2022 não foram minimizados e tudo indica que em 2023 não o ficarão igualmente.

Analisando mais em pormenor e seguindo a organização do documento:

Verificaram que no corrente ano, as aplicações da Mediadata deram inúmeros problemas aos utilizadores e esperam que as ações descritas (página 54) tenham como resultado uma melhoria significativa nesta área.

A demora nas respostas aos cidadãos nos processos de urbanismo continuam e não se prevê que os serviços online melhorem esses tempos de resposta.

Esperam que o recrutamento de novos trabalhadores (página 57), abranja as áreas de fiscalização e monitorização, não só no âmbito da higiene e limpeza, mas também no controlo de trabalho executado em terceirização.

No âmbito da Participação e Cidadania, não verificam qualquer iniciativa de evolução nos processos de envolvimento dos cidadãos e trabalhadores. Nomeadamente no Orçamento Participativo. Num processo que teve o seu início em Palmela (foram os pioneiros em Portugal em 2001), acreditam que ficaram praticamente estagnados. Consideram que a informatização do

processo pode incluir e implicar, a curto prazo, um ainda maior afastamento dos cidadãos da “coisa pública”.

Esperam que em 2023, o Sr. Presidente da Câmara, entenda que os Vereadores que não têm pelouro, representam muitos milhares de eleitores/cidadãos e por este facto, devem ter um tratamento semelhante aos restantes eleitos. E, em particular, identifica as Semanas das Freguesias.

No Capítulo da Segurança e Ação Social (página 65), reforça a sugestão de uma verdadeira ligação à rede social. O Conselho Local de Ação Social (CLASP) deverá ser um local onde as organizações sociais sintam que possam colocar os seus graves problemas (em alguns casos, problemas de sobrevivência). O CLASP não se pode resumir às questões formais impostas por lei. Sendo o mais grave o não funcionamento das Comissões Locais de Freguesia. A intervenção junto dos grupos mais desprotegidos e prioritários (que no documento é referido como “prioritária”) não pode continuar a ter um simples atendimento e encaminhamento. Em especial, na fase complexa que se atravessa, com o aumento galopante de preços dos produtos essenciais, nomeadamente na área alimentar e energética.

No âmbito do Estatuto da Oposição, o MCCP propôs a criação de um Fundo Social de Emergência. A CDU colocou a proposta no plano (página 66), referindo que este fundo será enquadrado no trabalho a desenvolver pelo serviço de atendimento e acompanhamento social, tendo colocado 31.776 euros em 2023 e igual valor para os anos seguintes. Considera interessante a colocação de um valor específico e com esse pormenor, quando o Fundo de Emergência Social, terá um regulamento (tal como mencionado pelo Sr. Presidente, será aprovado em Reunião de Câmara e eventualmente em Assembleia Municipal), acreditando que 31 mil euros para as situações que se irão atravessar (e que já foram mencionadas na reunião) é um valor bastante diminuto. Assim, refere que, com quase certeza, esta proposta não é, nem de perto, nem de longe a proposta feita pelo MCCP.

Refere também a falta de sensibilidade do executivo para os atuais problemas que muitas famílias estão a atravessar. Tudo indica que em 2023 a situação se agravará. Assim, uma iniciativa desta envergadura – o Fundo de Emergência Social -, merece um parágrafo de apenas duas linhas. E com o Bem Estar Animal, com o qual o MCCP concorda a 100%, merece quatro parágrafos com 17 linhas (só em termos comparativos).

Quanto às propostas incluídas no Centro Histórico são diminutas. Crê que é necessário projetar um parque de estacionamento, que sirva à zona histórica. Considerando a estrutura etária da população é imperioso a colocação de pavimentos suaves. Refere o aproveitamento das “escadinhas de Palmela”, cujo levantamento já foi realizado e julga que se encontra no Gabinete de Recuperação do Centro Histórico. A melhoria dessas “escadinhas” e posteriormente existir uma prova de atletismo de resistência, aproveitando as características da zona histórica. Menciona que são exemplos do que se pode fazer com coisas novas e de sair do que existe há muitos anos.

Fazem votos que a requalificação da Alameda 25 de Abril (que o Sr. Presidente já referiu), incluindo um terminar rodoviário, seja uma realidade. No entanto, estranha ver 200 mil euros no ano 2023 e zero euros para os anos seguintes. Acredita, assim que haverá alguma explicação para tal facto.

No âmbito das Infraestruturas de Saneamento (páginas 72), mais uma vez, os munícipes da Quinta da Cerca, ficarão desiludidos, pois não se vislumbra o início de uma nova ETAR em substituição da atual que se encontra em péssimo funcionamento. (sabe que é uma obra da responsabilidade da Simarsul).

Ainda, neste Capítulo, mas no Abastecimento de Água (página 73), referem um conjunto de boas iniciativas no Pinhal Novo. Nomeadamente, uma conduta adutora, a remodelação de nós e outras obras. Questiona, no entanto, se não existirão troços de condutas na vila, que já ultrapassaram o tempo de vida útil, nomeadamente, condutas em fibrocimento.

No âmbito dos Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana, alerta que a Amarsul continua a não cumprir com os seus objetivos e as suas obrigações. Não só é necessária a substituição de contentores para os resíduos indiferenciados, mas também um Ecocentro e um Centro de Recolha de Tratamento de Resíduos Verdes, em todo o território, tal como mencionado pelo Sr. Presidente.

Têm em boa nota a intenção do município em implementar uma grande campanha de educação e sensibilização ambiental ao longo de três anos (página 74), mas, chamam, mais uma vez à atenção, de que este projeto deve ser integrado e não um conjunto disperso de iniciativas, tal como tem acontecido nos últimos anos.

Registaram o projeto de requalificação da Alameda Alexandre Herculano, em Pinhal Novo. Em termos de arranjo paisagístico e acessibilidade (página 76), mas verificam que a dotação inicial para 2023 será de 20 mil euros e nada é colocado nos anos seguintes (página 160), desconfiam de qual é o alcance desta requalificação.

Quanto ao Capítulo do Meio Ambiente e Conservação da Natureza e se considerarem as alterações climáticas em curso, observam ser a mais pobre do ponto de vista de ambição do plano. Neste capítulo menciona-se muitos planos, mas objetivamente, consideram que as questões ambientais não fazem parte das grandes preocupações do executivo CDU.

O projeto "Pinhal Novo Verde" com duas áreas verdes que totalizam 9,5 hectares, na opinião do M CCP, é muito pouco ambicioso. E quanto ao "corredor verde" ao longo da Ribeira da Salgueirinha, embora seja importante, consideram uma "gota de água" nas necessidades do concelho. Dá nota que quando o M CCP fala num "povão" verde para a Vila do Pinhal Novo, pensa numa grande zona de sombras e produtora de oxigénio e que os descendentes possam se orgulhar daqui a 50 ou 100 anos. Observa que o M CCP não pretende que seja construído um parque com 1000 hectares, tal como o Parque Florestal de Monsanto (Lisboa) - que começou a ser plantado em 1938 -, mas querem que tenha muito mais do que os 37 hectares que o Parque Venâncio Ribeiro da Costa (mais conhecido pela Esplanada do Castelo) e que começou a ser

plantado na primeira metade do Século XX. Reforça que o que quer dizer é que se deve trabalhar para o futuro, e não para o amanhã.

Dá outro exemplo de outra “pequena” falta de sensibilidade do executivo: quando foi feito o Parque de Estacionamento da Quinta do Anjo, não foi prevista uma árvore ou o espaço para colocar uma árvore, foi planeado pelo respetivo técnico que fez o projeto.

Nos Capítulos da Cultura e Turismo, não compreendem porque não se fala de iniciativas das Associação Culturais e Desportivas do concelho. Estas são comparticipadas financeiramente e logisticamente pela Câmara Municipal. Dá alguns exemplos (para não ser muito extensivo): as Festas das Vindimas, as Festas Populares de Pinhal Novo, a Palmegina (dos Loureiros), o Festival Internacional de Saxofone (da Humanitária). Estas são iniciativas que projetam o nome de Palmela a nível regional, nacional e internacional. Considera que deviam estar referenciadas no documento.

Continuando no âmbito cultural, não compreendem, que depois da compra do imóvel do Cinema de Cabanas (i.e. Cine-Teatro São Gonçalo), não exista uma rubrica com valores financeiros para 2023 e anos seguintes, para a sua recuperação.

Na intervenção da área da Juventude, acreditam, deve ser transversal a toda a Câmara Municipal, no entanto, lembra a linhas de orientação geral de política municipal para a referida área (página 240), verificam que se continua com as mesmas iniciativas tradicionais. Os CRJ's (Centros de Recursos para a Juventude) que tiveram a sua função, questiona, se ainda hoje continuam a justificar-se.

Refere os últimos Censos e o facto da população do Concelho de Palmela ter aumentado significativamente nos últimos 20 anos e por isso devem questionar quais são os anseios e desejos destes novos munícipes. E em particular, os novos jovens. Como exemplo do que já foi proposto no ano passado, o M CCP, mais uma vez, propõe que se faça um inquérito/sondagem, através de parcerias com a Academia, para que se saiba, que novas ferramentas se deve utilizar para incentivar a participação da juventude nas questões locais.

Refere a Freguesia da Quinta do Anjo e tal como é do conhecimento, teve um grande crescimento populacional. Alerta, por exemplo, que a Piscina de Palmela não suporta mais procura e a Piscina do Pinhal Novo está perto de atingir o mesmo patamar de ocupação e na opinião do M CCP, justifica-se começar a dar os primeiros passos para a construção de uma infraestrutura deste tipo nesta freguesia.

No Capítulo dos Transportes e Comunicações, mais uma vez verificam a falta de sensibilidade para os actuais problemas ambientais. Continua-se a construir novos pavimentos em asfalto nas zonas rurais, quando já existe a nível internacional, soluções amigas do ambiente (dando o exemplo do Solo Cimento). Chamam também a atenção para a calçada à portuguesa, que deverá apenas ser utilizada em zonas e percursos muito específicos. Consideram ser uma solução “maravilhosa” e com tradição em Portugal, mas a solução com Pavé é duradoura, consegue-se

fazer pavimentos bonitos e é mais barata na sua colocação, não têm, também os problemas de manutenção que “longos panos” de calçada à portuguesa, tem, neste momento em todo o concelho de Palmela.

Menciona, igualmente o Plano de Repavimentação da Estrada Nacional 533 – entre Poceirão e Lagoa do Calvo -, e discordam “desta forma de trabalhar”. Lembra que foi deste modo que se fez a repavimentação da Estrada Municipal que liga Palmela a Poceirão: “aos bocados” e não está ainda terminada.

Para o ano 2023, e pelo que viram no Orçamento, não está previsto mais nenhum troço de Palmela-Poceirão e no entanto, irá se avançar com mais um “meio” troço Poceirão-Lagoa do Calvo. Entendem que a Câmara Municipal de Palmela tem capacidade financeira para fazer estas repavimentações (que são necessárias), na sua totalidade e de uma só vez.

Termina a referir o Capítulo Emprego e Empreendedorismo, apenas consideram como bem-sucedido o Programa “Mecenas Palmela”. Uma efetiva e verdadeira parceria com o tecido empresarial, com o objetivo de melhorar as atuais zonas industriais, trás um excelente contributo para atrair mais empresas e dinâmicas económicas para o Concelho. Alertam, que verificaram que é quase o mesmo, com outras palavras, que está no Plano do ano transato e que nada foi feito. Reforçando mais uma vez a necessidade de respostas céleres no pelouro do Urbanismo.

Conclui, a referir que o Plano não é o Plano do M CCP, tem obras importantes, nas quais estão, plenamente de acordo e por tudo o que foi referido na intervenção, o M CCP irá se abster na votação do documento.

A **Sra. Vereadora Rita Tapadinhas**, começa por cumprimentar os funcionários envolvidos na elaboração do documento apresentado e refere que o Orçamento foi entregue no dia 30 de novembro, a cerca de 7 dias da presente reunião e o sr. Presidente tinha prometido entregar com 10 dias de antecedência e que deixou, por isso, um tempo limitado para escutinar o documento.

Observa que quanto à receita total, 72.557.000€, decorrem de despesas correntes de 62 milhões, não referindo os números todos, mais o capital de 9.957.000€, são mais 12.4 milhões, face ao orçamento inicial de 2022 e menos de 9 milhões face ao orçamento atual, porque inclui o saldo transitado de 2021. Considera que as razões para o aumento, são efetivamente as transferências de competência do Estado: educação, saúde e ação social. Mais a evolução das receitas próprias: IMT e PRR. Em termos de despesa total, 72.557.451€, corrente de 56.032.000 € mais de capital 16 milhões, ou seja, a despesa corrente cresce 15.8 milhões, reflete as competências transferidas do Estado (educação, saúde e ação social) e as despesas de capital diminuem em 3.3 milhões.

Quanto às Grandes Opções do Plano (página 47), existem de 2022, 36.244.814€ e no presente ano 42.609.530€, que cresce 17.056.000€. As maiores subidas, verificam-se na Saúde: 93 milhões para 717 milhões que decorre da transferência de competências. Os Resíduos Sólidos: de 3.235.000€ para 6 milhões. Na Educação de 3.829.000€ para 6.971.000€ que decorre da transferência de competências. As maiores descidas verificam-se no Ordenamento do Território:

32 mil para 15 mil, ou seja, um decréscimo de 51%. No Comércio e Turismo de 1 milhão para 572 mil, menos 48.72% e nos Transportes e Comunicações, de 4 milhões para 2 milhões o que decorre numa diminuição 44.54%.

Nas Funções Gerais (página 52 e seguintes), verificam que existe a reabilitação do edifício Coopinhal, referindo que se inicia a reabilitação em 2023, mas depois refere que a verba para o projeto de execução para a obra ainda não está definida. Questiona, por isso, o que se pretende colocar no edifício em questão.

Quanto às Tecnologias de Informação e de Comunicação, consideram tudo muito vago e a continuação na aposta no projeto "Península Digital". Menciona que não existe estratégia de digitalização dos serviços. Consideram, por isso, muita propaganda e poucos resultados. Para além disso, refere que na página 54 e ainda sobre as TIC's menciona "a capacitação dos técnicos de informática" e esperam que esta capacitação seja feita, pois nos dias que correm "nunca se sabe" e este apontamento é justificado pelo erro lamentável que ocorreu na Câmara Municipal de Lisboa. Questionam, também, quais são os níveis de formação que os técnicos irão frequentar e que formações, nomeadamente se está previsto formação para responsáveis de Cibersegurança de 35 horas, no organismo de formação referenciado no documento: C-Academy, a Formação Avançada em Cibersegurança do Centro Nacional de Cibersegurança.

Relativamente ao Sistema de Gestão da Qualidade, realça que o mesmo já se falava em 2022 e continua em 2023 (página 55). Questiona se foi feita alguma coisa ou se a autarquia está a pensar num sistema de gestão integrado: 9001 ou 14001, a responsabilidade social. Pergunta para quando será apresentada a Certificação da Câmara Municipal de Palmela.

No que diz respeito às Funções Sociais (página 60 e seguintes), a Escola Básica de Palmela já referida nos mesmos termos em 2020, 2021 e 2022, sempre com grande destaque, o projeto, mas já vai no quarto ano a merecer o referido destaque e não "se vê". A requalificação dos Logradouros da Escola Básica Joaquim José de Carvalho, também referida nos mesmos termos em 2020, 2021 e 2022, apostam no quarto ano, e pelos visto perderam nos anos anteriores.

A Estratégia Local de Habitação, nas GOP's de 2022, previa a resposta a 257 agregados familiares. Aquisição de 40 fogos em 2022 e a reabilitação de 5 também em 2022. Os objetivos continuam a ser iguais, embora já tenham sido adquiridos os 40 fogos (tal como informado pelo Sr. Presidente).

Sobre o Plano Diretor Municipal, questiona, se será mesmo para 2023?

A infraestruturação de Olhos de Água está prevista avançar em 2023, mas em 2021 e 2022 também estava prevista e nada se fez.

Questiona igualmente se o Abastecimento, principalmente na zona do Pinhal Novo irá mesmo começar em 2023.

A Ribeira da Salgueirinha que deveria ter terminado em 2021, passou para 2022 e agora anunciam a 2.ª fase para 2023. Quando é que termina, questiona.

Na Juventude, Desporto, Recreio e Lazer, consideram que não existe nada de novo. Ficam sem perceber se existe atividades inclusivas ou se se continuam com atividades exclusivas, ou seja, “para alguns”. Informa que têm conhecimento de muitos jovens que gostariam de participar em atividades, mas que sem o devido apoio, não conseguem, pois são necessários técnicos devidamente qualificados.

Consideram que os períodos de férias letivas no Verão são muito importantes para estes jovens e também para os pais. No documento cedido (página 81), são referidos programas como “Jovens no Verão” e outros nas pausas letivas, continuam a realizar-se, estimulando o desenvolvimento de atividades de tempos livres gratuitas no Concelho, e na página 82, o programa Desporto, Recreio e Lazer, que agrega os projetos relacionados com a intervenção do município na área do desporto e bem-estar, gestão de espaços de jogo e recreio e polidesportivos, promoção de programas e projetos de desenvolvimento desportivo, apoio ao associativismo e desporto. A Câmara Municipal irá realizar contratos-programa de desenvolvimento desportivo com o Clube Desportivo Pinhalnovense e a Casa do Benfica de Palmela, estão inclusas medidas de apoio à inclusão, questiona. Alertam que não vêm qualquer referência a esta matéria. Reforçam, que nas linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, constante no Plano de Atividades de 2023 (página 245), a inclusão social refere muito pouco a inclusão de jovens com incapacidades ou deficiências, em qualquer atividade.

Nas Funções Económicas, consideram que um dos maiores problemas de Palmela é a gestão de melhoramento da rede viária municipal e a promoção da mobilidade e acessibilidade. Reforçam que não compreendem que o objetivo de transporte e comunicações que agregam programas relativos a estas questões, perca 21 milhões de euros face a 2022.

Referem a requalificação da Avenida de Palmela, em Poceirão e na Avenida da Liberdade, em Águas de Moura, (página 85), mas nos Mapas Plurianuais não aparece verba.

Questionam para quando a requalificação da Rua dos Marinheiros, freguesia de Palmela, na zona do Brejos do Assa.

Consideram que o presente orçamento é “mais do mesmo” e se olharem bem para o documento, existe muita coisa que não foi executada no ano passado e nos orçamentos anteriores e acreditam que não irão ser feitos este ano. Inclusive, porque verificaram que existem parágrafos iguais ao do ano passado. Quanto à execução, acreditam, também que é irrealista e para não falar de promessas que continuam a não ser cumpridas.

Consideram, igualmente que o presente orçamento não corresponde à visão que o Partido Social Democrata tem da gestão autárquica, nem as opções que tomariam se fossem maioria. É um documento, onde dificilmente se percebe um “fio condutor” e uma estratégia de desenvolvimento. É um orçamento pouco amigo dos contribuintes, pois não abdica, novamente, da totalidade da

participação variável no IRS. A descida da percentagem que cabe aos municípios, proposta em 2015 para 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, e 2021 e para 2022 e para 2023, não teria grande impacto na receita do orçamento municipal, que seria sempre compensado pelo crescimento da economia e emprego. Seria, assim, uma prova inequívoca que as pessoas estão em primeiro lugar e que cabe também ao poder local a solidariedade com os seus municípios.

Afirmam o que dizem no passado e continuam a afirmar no presente. Não tem um pacote social robusto que ajude os concidadãos com mais dificuldade a enfrentar a crise inflexionaria que se vive. Das 15 medidas apresentadas pelo PSD, todas chumbadas pela CDU, PS e MCCP, nenhuma foi considerada pela CDU no Plano de Atividades e Orçamento 2023. Chumbaram a devolução do IRS, com o argumento de necessidade deste montante para mais apoios sociais, mas depois, chumbaram as propostas de apoio social.

Nas Grandes Opções do Plano 2022, existiam verbas muito significativas para a recuperação de obras que já vêm a ser prometidas desde 2016, mas que tardam em ser concluídas. Por exemplo o edifício dos Paços do Concelho, uma obra prometida em 2016 e que não terminou.

O crescimento do montante destinado às Grandes Opções do Plano que cresceu 17.56%, face a 2022, resulta da grande parte de obras e investimentos já prometidos em anteriores exercícios orçamentais e que ano após ano se repetem, sem que se tornem realidade.

Mas principalmente as transferências de competências da Administração Central para a Administração Local, os problemas que mais preocupam os munícipes encontram-se as condições da rede viária, a limpeza e higiene urbana, que são funções essenciais para o dia-a-dia dos concidadãos. Realça que não será este ano que se fará destas funções o centro de atividade municipal, dando, mais uma vez, verbas incipientes que não resolveram os problemas, que um concelho da dimensão de Palmela, se vê confrontado.

Em suma, consideram que este é mais um Orçamento que repete velhas promessas, que perpetuam o nobilismo e que muito pouco acrescenta em relação a anteriores documentos produzidos pela maioria, que mais uma vez demonstra o seu cansaço e esgotamento.

Por estas razões, o PSD irá votar contra.

O **Sr. Presidente** refere que cada uma das bancadas teve a oportunidade de fazer a sua apreciação ao documento, com o conhecimento explícito ou implícito que tem ou que terá capacidade para perceber a técnica da execução destes documentos orçamentais.

Existem questões que, de facto, merecem comentários ou merecem ser retorquidas e outras que não, porque, acredita, denotam algum desconhecimento do que efetivamente é o trabalho no presente e a elaboração destes documentos.

Conhecidas as posições de princípio de cada bancada e que se podia atalhar, ainda assim, considera importante fazer duas ou três observações.

Em resposta à intervenção da **Sra. Vereadora Mara Rebelo** e quanto ao Relatório de Enquadramento da Política Orçamental, esse, é obrigatório. Visa explicar a evolução das finanças públicas e das finanças locais e do seu contexto. Considera mesmo (e porque conhece documentos de outros municípios do país) que é dos mais ousados e não só pela sua dimensão, mas sim pela forma assertiva como fundamenta e arrisca naquilo que são as previsões. Pensam que o fazem bem e (um documento deste tipo que dá muito trabalho aos técnicos e que ficariam contentes por não o fazerem) reforça que cumprem a lei e a cumprem bem, referindo o que é justo e verdadeiro relativamente à leitura do enquadramento financeiro, social e económico do país e até global, bem como das suas repercussões nas finanças públicas e em particular das autarquias locais. Lembra que este documento costuma ser bastante elogiado pelos pares e pelo Partido Socialista em anos anteriores.

Outra questão, que não pode deixar em claro, é a que se prender com a poupança energética, a implementação da iluminação LED, etc. Considera que não vale a pena “mascarar” verdades e recorda que a primeira medida dessa natureza, foi tomada pela gestão CDU, com uma candidatura para o efeito, no Quadro Comunitário anterior. Ao se perceber que existiam outras vantagens e trabalhando com o Município da Moita (governado pela CDU na época) e que estava também no processo, entendeu-se (e bem) com o Sr. Vereador Pedro Taleço, avançar-se para um outro processo e com outras aprendizagens e nessa medida foi tomado um passo mais adiante, no contato com empresas existentes.

Acrescenta que os contatos existentes desta natureza e dirigindo-se ao Sr. Vereador Pedro Taleço, começaram com representantes da empresa Ilumina que contataram com o Sr. Presidente e que depois o pôs em contato com as empresas e a partir desse momento, uma série de outras empresas entraram em jogo.

Assume que o Sr. Vereador Pedro Taleço tem o mérito de operacionalizar, mas a opção política...

Neste momento, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** interrompe, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.

De volta à palavra, o **Sr. Presidente** considera que quando o Sr. Vereador Pedro Taleço começou, todos estes processos estavam no início em todo o país e que começaram, precisamente, com Candidaturas 2020 [Portugal 2020] e que não eram as candidaturas que o município pretendia.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** volta a intervir, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Presidente** retoma a palavra, concordando e tendo o Sr. Vereador Pedro Taleço todo o mérito porque faz parte da equipa, foi escolhido e tem pelouros nessa matéria para operacionalizar uma opção política, que foi opção da CDU e que está nos programas desde o início. Reforça que não interessa quem fez, nem que é o ator, o que interessa é a opção política e isso foi falado nas opções da CDU.

Uma opção municipal, inscrita nos programas, tal como o abaixamento dos impostos e do IMI. Reforça que se lembra de quanto é que cada candidato municipal prometeu quanto ao abaixamento do IMI (1%, 1,5%), mas existe coerência na gestão da CDU. Abaixamento progressivo, com passos gigantes e assume que hoje em dia são o município com o valor baixo na Península de Setúbal. Considera importante a concertação das fases e dos passos com a oposição, porque a oposição também é chamada a dar os seus contributos. E reforça que valorizam os contributos que a bancada do Partido Socialista dá e da bancada do MCCC e nos contributos que o Sr. Vereador Pedro Taleço dá no exercício das competências que lhe estão cometidas no executivo municipal.

Quanto à questão do Fórum Social de Palmela e de o mesmo não ter sido realizado, o **Sr. Presidente** esclarece que não foi, porque não existiu calendário em tempo útil para se fazer a discussão que se pretendia sobre os dossiês de transferência de competências. Será reagendado e foi revisto pelos serviços, talvez em janeiro. Estava agendado para 12 de novembro como tem sido todos os anos, e depois previsto para dezembro e entendeu-se ser preferível reagendar para janeiro. Alerta, igualmente que quanto a esta matéria, está-se a aprovar um orçamento que incorpora as transferências da ação social e sabe-se que a Associação Nacional de Municípios, depois de muitos autarcas de várias bancadas e em particular da CDU afirmarem que as transferências para a ação social não estavam em condições. Esclarece que foi necessário a intervenção do Sr. Presidente Rui Moreira [Câmara Municipal do Porto] e do Sr. Presidente Isaltino Morais [Câmara Municipal de Oeiras] (que não têm dificuldades nesta matéria e muito menos financeira) informar que nada destas transferências estavam bem e que deveriam ser revistas, para que fosse lançada uma nota de imprensa a recomendar o Governo para adiar estas transferências. Quanto a estas questões, reforça que se vai discutir com outro cenário e outro calendário. No entanto, esclarece que o trabalho está feito e por isso as questões estão colocadas no orçamento. Foram contactadas as instituições sociais, naquilo que compete à gestão do RSI (Rendimento Social de Inserção) e de outras matérias que ficaram descentralizadas e que a autarquia continuará a territorializar através de acordos com as IPSS.

Quanto à intervenção sobre os pequenos-almoços, adianta que este assunto já foi discutido em outros momentos, o PS sabe e concertaram com o executivo outra medida (que também contribuíram para essa medida) do reforço alimentar no primeiro ciclo e pré-escolar. O reforço alimentar no primeiro ciclo e pré-escolar, elucida, na perspetiva da CDU, é um reforço alimentar que constitui um pequeno-almoço. Questiona como dar pequenos-almoços, no primeiro ciclo, a 2 mil crianças. O que a autarquia faz no pré-escolar (sendo que a generalidade das crianças têm o apoio alimentar e as que não têm direito, naturalmente é porque os seus agregados familiares podem pagar), têm sobretudo um reforço que vai para além do que está institucionalizado – o leite e a fruta escolar – têm mais fruta, bolachas, frutos secos a complementar o leite e a fruta. Considera, por isso, que quanto à operacionalização da presente matéria, o executivo foi muito mais longe e estão a apoiar as famílias (em particular, aquelas que mais precisam).

Dá nota que, quanto ao Orçamento da Palmela Desporto, já foi discutido e lamenta que ainda não tenham entendido o conjunto de explicações que constam do documento que dizem respeito, precisamente às responsabilidades acrescidas da Palmela Desporto. Considera que em relação aos preços, vale sempre a pena atualizar. Considera, também, que a acusação não corresponde à verdade pois a Palmela Desporto continua a ter reduções, incentivos e isenções, períodos com utilizações gratuitas. Sobretudo o que está em causa, sublinha, numa empresa que gere equipamentos desportivos e que promove práticas desportivas, de inclusão, natação adaptada, proporciona a atletas a possibilidade de se manterem, depois da aprendizagem e aperfeiçoamento, natação competitiva.

Reforça que não existe quase nenhuma empresa municipal no país que tenha uma equipa de competição como tem a Palmela Desporto. Aceita os custos acrescidos.

Elucida, igualmente, que a Palmela Desporto gere mais equipamentos do que os que estão no seu contrato-programa. E é por isso, possivelmente que o Conselho de Gestão da Palmela Desporto querará dizer. Não está a ser financiada para aquilo que é a sua missão, pois não estão a receber o que deveriam, pelo facto de ter entrado, por exemplo, em funcionamento o Pavilhão Municipal de Poceirão. É a Palmela Desporto que paga a água, a luz, o pessoal. Tem mais um equipamento e os contratos-programa devem acompanhar esses custos. Considera igualmente que a Palmela Desporto está a fazer bem, está a internalizar com o mesmo subsídio, à exploração.

Estão a dar utilização ao Ministério da Educação, ao Agrupamento José Saramago que prometeu fazer um contrato como o que existe no Agrupamento José Maria dos Santos, com o Pavilhão Municipal de Pinhal Novo e que ainda não foi feito (e espera que o Sr. Delegado Regional traga novidades na próxima reunião de concertação).

A **Sr. Vereadora Mara Rebelo** intervém a questionar qual o valor correto.

O **Sr. Presidente** crê que o valor correto é 790 mil euros, que era o que estava nos anos anteriores.

A **Sr. Vereadora Mara Rebelo** volta a intervir para alertar que o que está e estava nos anos anteriores, no orçamento da Palmela Desporto é 780 mil euros e por isso a questão colocada.

Face à intervenção da Sra. Vereadora Mara Rebelo, o **Sr. Presidente** assume que é uma questão que não consegue explicar, mas o que têm no contrato-programa são os 790 mil euros.

A **Sr. Vereadora Mara Rebelo** insiste que o valor indicado no orçamento apresentado são 790 mil, mas no orçamento da Palmela Desporto é de 780 mil euros e é essa a questão que quer ver esclarecida e perceber qual o valor correto.

O **Sr. Presidente**, interrompe e lembra que foi aprovada em reunião de Câmara o contrato-programa com a Palmela Desporto. Nesse contrato tem o valor exato. No orçamento da Câmara, esclarece, pode haver mais dinheiro e isso não significa que seja um problema – nem técnico,

nem político. Pode existir uma previsão para custos de prejuízos (que felizmente não vão acontecer, apesar de toda a conjuntura e dos aumentos energéticos)

Quanto a outras questões que importam esclarecimento, o **Sr. Presidente**, considera que existe um conjunto de questões que são importantes para os Srs. Vereadores perceberem o que está nas verbas a definir. Por exemplo: no Fundo de Emergência Social, o que o executivo fez foi um reforço de cerca de 20 mil euros, porque o que está consideram ser incipiente. Mas alerta que tudo irá ser reforçado, com a primeira revisão do ano.

Alerta e relembra que as Comissões Locais de Freguesia não dependem da Câmara Municipal e esta situação já foi sobejamente explicada e não pode obrigar os parceiros das Comissões Sociais de Freguesia a reunirem com os Presidentes de Junta, todos os meses. Informa, no entanto, que não existe falta de comunicação entre as instituições e a Rede Social nessas matérias e na identificação de casos, bem como as respostas – mesmo fora das Redes criadas pela Câmara Municipal -, que existem e têm permitido resolver problemas sociais muito graves.

Quanto à questão do “Pulmão verde”, o **Sr. Presidente**, considera que teriam que falar de muitas outras coisas, nomeadamente o Ordenamento do Território. E do ordenamento que permitiu o desaparecimento do Pinhal da Salgueirinha e outros, mas garante que aquilo que é feito em torno do Parque Verde Urbano da Ribeira da Salgueirinha é um Pulmão Verde muito significativo. Não querem acrescentar ao documento o número de árvores plantadas nas últimas semanas, nem o que é feito diariamente na reposição de árvores no espaço público (e são feitas durante o presente período até março), para não serem acusados de apresentarem um documento tão fastidioso. Menciona que quando no Plano Diretor Municipal, não cedendo a pressões imobiliárias e de “ditos” interesses económicos (que são muito importantes), de grandes empresas com muitos milhões para investir, querem acabar com áreas agrícolas de produção, que querem acabar com corredores florestais vitais, é aqui, considera, que estão a contribuir para o clima. Não é a “árvore” do Parque de Estacionamento da Quinta do Anjo que resolverá o problema. Informa que o referido parque foi validado juntamente com a Junta de Freguesia da Quinta do Anjo, com a população e comerciantes locais. Por questões de raio de curvatura e os problemas que as árvores acabam por causar (dá o exemplo do parque de estacionamento do Parque da Independência, à porta da Estação Ferroviária do Pinhal Novo, o que as árvores já fizeram e a quantidade de vezes que já foram replantadas). Considera, assim que podem fazer esses pulmões em outros sítios. Por outro lado, existem outras soluções, também elas ambientalmente sustentáveis, como a colocação de telheiros de ensombramentos, alguns até com aproveitamento de energia solar, seja para carregamento de veículos elétricos (como irá acontecer no concelho em breve) ou para fazer o sombreamento das viaturas.

Considera que em matéria de reflorestação, a autarquia tomou medidas a montante e a jusante e um dia terá que se contabilizar estas questões.

É importante, realça, perceber o conjunto de outros indicadores, nomeadamente, na Área Metropolitana de Lisboa, que em matéria de espaços verdes e de floresta, Palmela, está acima do rácio de outros municípios (que só têm betão).

Assim e segundo o **Sr. Presidente**, Palmela está a preservar os seus ecossistemas e as medidas propostas são as medidas para os espaços que são públicos. Não consegue impor a um particular para que plante árvores no seu terreno.

Se foi expropriada área para se fazer a Regularização da Ribeira da Salgueirinha e se se compra terrenos e se fazem permutas de terrenos e se vai fazer a escritura, em janeiro, de um novo terreno ao lado de um projeto (que teve a felicidade de iniciar em Pinhal Novo) chamado "Pinus Revisitado" que plantou em 4 anos, 500 pinheiros mansos. Vão fazer a escritura de um terreno só para reflorestar e para devolver à população, pois é um terreno que fica entre o estacionamento de apoio ao Mercado (que já tem os pinheiros) e a Ribeira da Salgueirinha até ao Intermarché. Ou seja, à medida que a autarquia vai adquirindo terrenos ou tem terrenos devolutos, está a reflorestar. Em Vila Amélia, com terrenos que ainda não conseguiram registar em nome da Câmara, serão criadas ilhas, com bacias de retenção e com reflorestação.

Sublinha que não se consegue colocar tudo no Orçamento, pois tal como os Srs. Vereadores têm conhecimento, o orçamento real é aquele que resulta da incorporação do saldo de gerência e esse sim (e depois de se conhecer as candidaturas), terá especificado outras áreas e outras intervenções que são plurianuais.

Face à intervenção da **Sra. Vereadora Rita Tapadinhas** e quando se refere que existem projetos que estão há vários anos, alerta, que os mesmos têm que estar, pois são obras plurianuais. Quando se faz uma candidatura, tem que se abrir uma rubrica e tem que a manter no ano seguinte quando se começa a fazer estudos e a elaborar o projeto. E deve-se manter a rubrica mais um ou dois anos, porque a obra que era para ser feita num ano, mas com contingências passadas, seja da pandemia Covid-19 ou da incapacidade que as empresas têm para cumprir uma série de requisitos, acabam por prolongar as empreitadas. Poderia explicar, uma a uma, quais são as condicionantes de cada uma das obras e porque é que uma já está pronta e outra passa de ano, mas essa matéria já foi explicada aos representantes da bancada do PSD em outras ocasiões.

Considera que é falso quando menciona que não existem novos objetivos, novos arruamentos e novos espaços, quando existem alguns propostos pelo PSD. Dá o exemplo de um arruamento mencionado, que não está definido para 2023, mas alerta, que as obras não se farão todas em 2023.

Quanto à Estratégia Local de Habitação e ao facto de a considerarem "pouco", esclarece que a mesma é para ser implementada até 2027 e deixa a questão de quantos municípios irão cumprir essa meta.

Sobre os problemas de execução, recorda que gostaria de ter as obras todas prontas e para serem inauguradas em determinados dias, mas não conseguem. Dá o exemplo do Centro Comunitário de Águas de Moura que era para ter sido inaugurado em setembro, com o início do ano letivo. Esperam que seja ainda este ano e se não o será antes em janeiro. Justifica os atrasos, com o facto da EDP não ter feito o ramal (porque também tem falta de trabalhadores). Dá o exemplo da abertura do Monte do Francisquinho, que também não se concretizou. Os Paços do Concelho, convida para visitar o trabalho que está a ser feito e assim perceberá a complexidade da obra, do dia-a-dia e dos problemas que surgem cada vez que se mexe num sítio ou numa estrutura (aparecem sempre outros problemas para se resolver).

Reforça que todas estas questões têm uma explicação e não é incompetência do executivo nem dos técnicos do município ou das empresas. Considera que só quem não mexe nesses assuntos é que pode dar avaliações dessa natureza.

Voltando a realçar que quanto à execução, deve-se esperar pela Prestação de Contas e pela Conta de Gerência, pois em outros anos, o PSD acusou que não se faz e que existe verba, mas nos rankings dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa e nos últimos três anos (consecutivos) Palmela é o município que mais executa (e observa que tem vindo a diminuir). Assume que gostaria de ter uma execução 100% e até mais. As obras todas previstas para 2023 serão afetadas por conjuntos de circunstâncias – alterações de preços, fornecimentos de material, concursos desertos.

Considera que existe opção política, visão, compromisso, determinação para fazer.

Considera também que o executivo não está cansado, mas que ele próprio está cansado dos argumentos da bancada do PSD, porque basta ver a quantidade e a qualidade do nível de execução. Existem problemas, existem! Mas o executivo está presente para os enfrentar e resolver.

Existem matérias que sabe que a oposição dirá que não é o orçamento, que o fariam diferente, mas existem factos que não podem esconder.

Existem um maior investimento nas famílias, um maior apoio social, que não se resume à distribuição de “dinheiros” e “caridadezinha”. É um apoio social que, segundo o **Sr. Presidente**, provoca sustentabilidade, provoca capacitação, emprego, autonomia. Este trabalho será feito em rede, com parceiros e com apoios muito concretos.

E no final, serão feitas as contas para se perceber se a “curva” irá no sentido ascendente e de uma forma muito significativa. E não será por via das transferências de competências, porque essa, como já esclareceu, transfere os problemas e não os meios. E ver-se-á quanto é o Orçamento Municipal irá colocar no exercício dessas competências. Dá o exemplo do 1,1 técnico (para o apoio técnico às instituições) e alerta que será conseguido através da candidatura ao OIL (Operação Integrada de Desenvolvimento Local). Esclarece que é através da Operação Integrada de Desenvolvimento Local, que se irá contratar capacitação técnica para fazer o trabalho, que de

outra forma seria feito apenas com 1,1 técnico. Elucida que anteriormente, os trabalhos da rede nos atendimentos sociais eram feitos por 12 assistentes sociais no concelho. A câmara irá investir nos recursos humanos, considera que fará a diferença e acrescentará valor no território.

Em relação às obras da Rede de Água e Saneamento, refere que o município está a fazer aquilo que é preciso fazer, com apreciação, entendimento técnico muito correto. Alerta que no último ano não se ouviu falar de problemas de pressão na água no Pinhal Novo. A autarquia está a agir no sistema, para reduzir os incidentes críticos. Estas medidas estruturantes estão a ser feitas e menciona que em algumas obras da rede viária faz-se remodelação de condutas. Convida os Srs. Vereadores a analisar a Matriz da Água de Palmela, que é uma radiografia. Só dois concelhos do distrito de Setúbal é que a estão a fazer e Palmela continua a fazer e vai dando nota do número de utilizadores, dos metros de conduta ampliados. Menciona que Palmela tem a maior rede da região e dos metros de conduta remodelados e chama, mais uma vez atenção aos Srs. Vereadores que algumas obras referidas da rede viária, incluem remodelação das redes [de condutas de água]. O que se irá fazer na Rua Jaime Lopes Baião (Palmela), e o concurso não saiu porque vai trabalhar também nas redes pluviais, esgotos e rede de água nova. Tal como foi feito no Centro Histórico. Não é uma questão estética, de se colocar pavimentos em calçada antiderrapante e mais confortável. Alerta que, infelizmente, algumas candidaturas pagam a acessibilidade, mas não pagam a infraestrutura e a autarquia só faz a intervenção se se mexer, também nas infraestruturas. Reforça que estão também a remodelar infraestruturas. Na obra de acessibilidades 360, no Pinhal Novo, em toda a baixa comercial, entre os Bombeiros e a Estrada Nacional do Largo José Maria dos Santos é uma obra candidata a um projeto de Acessibilidades (dá nota que esteve no Porto, com Secretários de Estado a debaterem experiencias de Palmela e as candidaturas foram consideradas positivas e de boas práticas) que irá ter a remodelação das redes, passeio, re-arrumar estacionamento, sobrelevar passeadeiras, acabar com o empedrado solto existente, mantendo algumas características de memória. E vão mexer nas infraestruturas em que o custo será de dois terços do investimento. Sendo que se a candidatura for de 1 milhão de euros, terão de investir, 3 milhões de euros. Justifica que tudo isto não está referenciado no orçamento porque só o pode fazer depois de ser aprovado nas revisões. Estas novas obras só podem aparecer quando se souber as candidaturas, que prioridades de investimento tem onde se irá buscar a verba. Felizmente, muitas das coisas que estão no orçamento e outras que não estão explicitas, serão financiadas com o Saldo de Gerência.

Relembra que iniciou a apresentação do orçamento, para o volume de objetivos que existem e que não podem estar todos plasmados, terão de recorrer a empréstimos. Justifica que se o RAMPA (projeto) pode financiar até 100% a parte da acessibilidade, não financia tudo o resto (embora tenha deixado um repto para que exista uma majoração para este tipo de intervenções nas infraestruturas), terão, assim que contrair empréstimo para estas situações.

Dirigindo-se aos Srs. Vereadores, acredita que o executivo tem tido uma postura de total abertura e de acolhimento para as propostas, observações e críticas construtivas, não podem é ser acusados de não ter visão estratégica e de fazer as coisas sem planeamento.

Porque, considera, antes de tudo, não se pode apresentar as “coisas” com *sound bite* demagogicamente. Deve-se planejar, e mesmo com muito planeamento, acontecem derrapagens, por outras conjunturas.

Sublinha que todas estas questões ficarão mais esclarecidas quando se der a incorporação do Saldo de Gerência e que procurarão fazê-lo de forma a ir à Assembleia Municipal de fevereiro. Não estará disponível antes do final de fevereiro, que será a primeira Assembleia, que fará aumentar o orçamento e perceber também que o que se pretende fazer. Até na repavimentação da EN533 e EN 533-1, que não pode deixar de ser feita por troços. Justifica esta opção, porque a EN 533-1 começa no Penteado (Moita) e acaba na Loja Nova (Vila Franca de Xira), e os troços não estão todos a precisar da mesma intervenção e por isso mesmo devem ser feitas por fases.

Refere, igualmente que ouviu, da parte dos Srs. Vereadores que se deveria contrair um empréstimo, uma vez que existe capacidade para tal e fazer todo este troço, mas o facto é que a autarquia não pode se limitar a esta obra, existem outras, como por exemplo a Rua dos Marinheiros – que é um compromisso de mandato. Apesar de esta obra ser muito falada pela bancada do PSD (porque lá residem dois ou três militantes), a CDU comprometeu-se em programa de mandato, está no orçamento, com verbas que ainda serão definidas mas será feita. Já existe orçamento, estudo prévio.

Dá nota, que a autarquia está também disponível para experimentar outras metodologias de pavimentação. Estão a criar alternativas para a mobilidade suave, mas a população, alerta, quer ter uma mobilidade adequada aos tempos que correm. É de opinião que, em algumas vias, não seria necessário fazê-las com 6 metros de largura. 4 ou 5 metros seriam suficientes e tem pena que a União Europeia tenha deixado de apoiar o Programa AGRIS, que na altura financiava as zonas rurais, com 4 metros de alcatrão. Pois se a necessidade é a de passagem de um trator de quando em vez...o problema, elucida, dá-se com a dispersão populacional e geográfica de Palmela, em que na beira desses caminhos rurais para produção agrícola, existe nova população (também população autóctone) que vieram fazer as suas casas e querem ter as mesmas condições e comodidades do que em Lisboa, ou seja, uma boa via. De facto, concorda que o direito à mobilidade é também um direito à liberdade. Porque senão, as pessoas não têm a liberdade de se movimentar, para fazer a sua vida quotidiana, têm, por isso, obstáculos à sua liberdade.

Portanto, pavimentar um concelho que tem 947 quilómetros de caminhos públicos, continua, a seu ver, a ser uma prioridade. Gostava de trabalhar em outras áreas, como o social ou dinamização económica, mas o Concelho de Palmela, pela sua dimensão, dinâmica, pressão que tem por diversas matérias e de querer agarrar várias oportunidades (que tem agarrado, para não

se cingir apenas a um único modelo de desenvolvimento económico, mas sim algo integrado e sustentável), tem que “ir a jogo em tudo”.

Dá o exemplo de alguns municípios não terem a pressão das infraestruturas, pois sempre tiveram poucas, foram feitas nos anos 80 e 90, quando em Palmela se começou em 1974/75 e torna-se evidente que não têm infraestruturas com 40 anos que necessitam também de remodelação e por isso podem-se dedicar a outras matérias. Alerta, igualmente que existem outras zonas do país que chegam a ter 80% de apoio e em Palmela têm 0%. Assim, como se pode falar em eficiência, ambiente, combate a perdas de água se os apoios para estas matérias se resumem a: custos recuperados ou não existe direito a apoios. Dá nota que existem municípios (das várias cores políticas) que estão a ser ameaçados com a não aprovação das candidaturas, porque os tarifários são muito baixos e não cobrem os custos, e isso, considera, não é justo. São imposições da União Europeia, mas o Estado Português é que não deveria aceitar.

Existem muitas outras questões a montante e a jusante que mereciam uma reflexão mais genérica, mas o que pode garantir, e admitindo todas as críticas, todos os aportes, contributos de que se pode fazer melhor e o executivo está presente para isso, garante que o presente orçamento e em particular o presente documento (que é um documento de compromisso), é o orçamento que o município precisa e que tem projeção e visão estratégica. Não só para o presente mandato (pois já ficou esclarecido que existem obras, transformações e objetivos estratégicos que vão até 2027 e no próximo ano estará a projetar-se, alguns, até 2029).

Tem pena que não votem favoravelmente, mas ainda assim considera que a abstenção é um voto de confiança de “ver para querer”.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Rita Tapadinhas, e a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristóvão, Mara Rebelo, Pedro Taleço e Carlos de Sousa. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026.

PROPOSTA N.º DAFRH 02_24-22:

«A 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento 2022 e Grandes Opções do Plano 2022-2026 tem como finalidade proceder à incorporação na receita de diversas transferências financeiras aprovadas recentemente e ao reforço de dotações com insuficiência de verbas, nomeadamente:

1. Pagamentos de despesas com pessoal: efetuar acertos em diversas rubricas relativas ao processamento de vencimentos e o reforço da rubrica de encargos de saúde, cuja execução assume sempre um elevado nível de imprevisibilidade;

2. Consumos de energia e combustíveis: efetuar acertos entre diversas ações do plano destinadas ao pagamento de consumos de energia e combustíveis, acautelando acréscimos de despesa, nomeadamente no que concerne ao Contrato de Gestão de Eficiência Energética (ESE);
3. Transferência de competências – reforçar as dotações das transferências de verbas para os agrupamentos de escolas, relativas ao Leite Escolar e Circuitos Especiais de Transportes Escolares, para pagamento de faturas do último trimestre do ano letivo 2021/2022.

Na receita foram efetuados reforços decorrentes das seguintes transferências:

- Ribeira da Salgueirinha, Fase 2: adiantamento no valor de 119.000,00 €;
- Transferência de Competências – Educação: acerto no leite escolar e circuitos de transportes especiais, no valor de 21.500,00 €;
- Subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal: acerto de valores não transferidos do FSM relativos aos anos de 2019 a 2021, no valor de 796.022,00 €.

A compensação deste reforço na receita foi efetuada através de anulação na rubrica «Taxas – Loteamento e obras», cuja execução está abaixo do valor orçamentado.

Foram igualmente introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

O valor desta alteração é de 848.421,00 € (oitocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e vinte e um euros) e representa 1,04% do Orçamento em vigor.

Tendo em consideração que as modificações enunciadas eram imprescindíveis para a realização de atos e procedimentos inadiáveis, e devido à impossibilidade de reunir o executivo municipal em tempo útil, a presente alteração, elaborada ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 02/12/2022, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Assim, ao abrigo da legislação já referida, **propõe-se**, a ratificação da aprovação da 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento 2022 e Grandes Opções do Plano 2022-2026, documento que se anexa.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Rita Tapadinhas. Aprovado em minuta.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Aceitação de doação.

PROPOSTA N.º GAP 01_24-22:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de diversas empresas e instituições.

Nesse contexto, **propõe-se** a aceitação, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do bem que a seguir se descreve, conforme a informação técnica que se anexa.

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETO	VALOR
J.P .LEITÃO SA NIF: 500146497	Peça escultórica do artista Pedro Marques que representa o guardião do Caminho de Santiago	Caminho de Santiago – divulgação da Variante da Península de Setúbal	1.200 euros (mil e duzentos euros) .»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração Urbanística

Divisão de Atividades Económicas, Edificação e Reabilitação Urbana

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Doação a domínio público do Município do prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 8454/20220912, da Freguesia de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DAU_DAEERU 01_24-22:

«A Sra. Elsa Maria de Jesus Santana, na qualidade de proprietária de dois prédios, um registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 8454/20220912, da Freguesia de Pinhal Novo, e inscrito na matriz urbana com o artigo 11507-P, com área de 280.95m², e outro registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 8414/20220120, da mesma freguesia, e inscrito na matriz urbana com os artigos 5727, 5101, 4703 e 10888-P, com área de 2.310,80m², onde incide a pretensão de comunicação prévia de obras de construção de estabelecimento de restauração e bebidas, que se encontra em tramitação na Divisão de Atividades Económicas, Edificação e Reabilitação Urbana (DAEERU), com requerimento inicial n.º 2437/2021, de 28 de abril, e cuja requerente é a empresa arrendatária BK Portugal, S.A., solicitou a cedência a domínio público do prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 8454/20220912, da Freguesia de Pinhal Novo, inscrito na matriz urbana com o artigo 11507-P, com área de 280.95m² e confinante a poente e sul com o prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 8414/20220120, a nascente com terreno da própria e a norte com a Rua Luís de Camões (EN252), em Pinhal Novo.

De acordo com o disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente na alínea j), do n.º 1, do art. 33.º, a Câmara Municipal tem competência para aceitar doação, ficando contudo a afetação do bem ao domínio

público municipal dependente de deliberação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea q) do n.º 1 do art. 25.º do mesmo regime jurídico, sendo que após tal aceitação terá que ser celebrada escritura a favor do Município e inerente registo.

Neste contexto e visando esta disposição, considera-se que a doação do prédio em causa, registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela com o nº 8454/20220912, da Freguesia de Pinhal Novo, com área de terreno de 280,95m², confinante a poente e sul com o prédio onde se localiza a pretensão de construção de estabelecimento de restauração e bebidas apresentado pela empresa BK Portugal, S.A., registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela com nº 8414/20220120, a nascente com a própria e a norte com a Rua Luís de Camões (EN252), em Pinhal Novo, é de todo o interesse do município, por permitir um acesso indireto ao estabelecimento, na tentativa de melhoria do tráfego existente e futuro do troço da Rua Luís de Camões (EN252), antes do cruzamento com a Avenida Alexandre Herculano, face ao público estimado do estabelecimento em causa (Burger King).

A proposta visa a integração do estabelecimento na malha urbana de Pinhal Novo, melhoria de um espaço livre, sem qualquer arranjo urbanístico e a melhoria das respostas de serviços disponíveis à população, com impacto único no território e nos cidadãos.

Perante o exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, **propõe-se** a aceitação da doação a domínio público municipal do prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o nº 8454/20220912, da Freguesia de Pinhal Novo, com área de terreno de 280,95m², confinante a poente e sul com o prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob nº 8414/20220120, a nascente com terreno da própria e a norte com a Rua Luís de Camões (EN252), em Pinhal Novo, ponderado o interesse público na melhoria da malha urbana e de acessos e que nos termos da alínea q) do n.º 1 do art. 25.º do RJAL, a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a aceitação da doação a domínio público municipal do referido prédio.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Divisão de Recursos Humanos

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Mapa de Pessoal para o ano de 2023 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas.

PROPOSTA N.º DAFRH_DRH 01_24-22:

«O Mapa de Pessoal constitui um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, que incorpora os postos de trabalho necessários ao

cumprimento/prossecação dos objetivos da organização e ao desenvolvimento das atividades municipais, atentas as respetivas atribuições e competências, materializando uma visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos, de acordo com o princípio da prestação de serviço público eficiente, eficaz e de qualidade. Sendo uma ferramenta previsional, com vigência temporal anual, é aprovado em simultâneo, com a proposta de orçamento municipal para vigorar no ano seguinte, em consonância com o estabelecido no artigo 28º, nºs 3 e 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação - em articulação com o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Considerando a dimensão estratégica da gestão de recursos humanos, preconizada pela Câmara Municipal de Palmela, focada nas pessoas como elemento diferenciador e promotor do desenvolvimento no seio da organização, e ativo fundamental na prossecação das atribuições e competências cometidas aos diversos serviços municipais, torna-se essencial garantir uma adequada gestão previsional dos postos de trabalho e exercício das respetivas competências, por forma a assegurar a satisfação das necessidades permanentes de serviço nas unidades orgânicas, como também promover um forte alinhamento das pessoas com a missão e os objetivos estratégicos da organização, fomentando, assim, uma cultura organizacional orientada para a prestação de um serviço público de qualidade, de acordo com critérios de eficácia, eficiência, racionalização e otimização de meios (artigo 29º, nºs 1 e 2 da LTFP).

A presente proposta de mapa de pessoal tem em consideração o novo paradigma operado pelo DL nº 21/2019, de 30/1, que concretiza a transferência de competências para os municípios na área da educação e consequente internalização de todo o pessoal não docente (carreiras de assistentes técnicos e assistentes operacionais) afeto aos 3 agrupamentos de escolas e escolas secundárias do concelho de Palmela, integradas na rede pública, que ascende a um rácio de quase 300 efetivos (lista nominativa publicada nas 2ª Série do Diário da República, em 30 de março de 2022).

Por seu turno, no âmbito da transferência de competências do Município para as Freguesias, em cumprimento do disposto no DL nº 57/2019, de 30/4, em consonância com os autos de transferência aprovados, 4 trabalhadoras, providas na carreira de assistente operacional, transitaram para os mapas de pessoal de duas Juntas de Freguesia do concelho, com efeitos a partir de 29/10/2022, de acordo com a lista nominativa publicada na 2ª série do Diário da República de 28/10, o que operou a libertação de postos de trabalho no mapa de pessoal da entidade de origem.

A proposta de mapa de pessoal para 2023, consagra o total de 1.451 postos de trabalho, dos quais 1.208 se encontram ocupados e 230 vagos - alguns destes (79) cativos para salvaguarda de provimento nas respetivas categorias de origem de trabalhadoras/es que se encontram, atualmente em regime de mobilidade intercarreiras/intercategorias, regime de comissão de serviço em cargos dirigentes, períodos experimentais e mobilidades na categoria em outras entidades públicas.

Os postos efetivamente vagos a criar, visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento, a efetivar no âmbito de procedimentos concursais, alguns deles a tramitar e outros a desencadear,

ou com recurso ao instrumento da mobilidade na categoria com o objetivo de suprir necessidades permanentes de serviço existentes e outras que se antecipam face à eminente transferência de competências da administração central para o município, nas áreas da saúde e social, com acréscimo e complexidade de responsabilidades, por forma a permitir mitigar a falta de capital humano em áreas técnicas e também operacionais (com exigência de maior qualificação).

Por seu turno os 15 postos de trabalho a criar na carreira de assistente operacional, afetos à Divisão de Educação, constitui uma reserva supletiva, especificamente destinada a suprir necessidades pontuais mas prementes, sinalizadas pelos estabelecimentos de ensino, de substituições temporárias de pessoal, designadamente por motivo de doença prolongada ou parentalidade.

Salienta-se que, durante o ano de 2022, no âmbito dos diversos serviços municipais, se efetivou a mobilidade interna na categoria de 18 trabalhadoras/es, bem como 3 mobilidades intercategorias (Assistente Técnica e Encarregada Operacional), as quais, precedidas da concordância do/a respetivo/a trabalhador/a, tiveram subjacentes razões de conveniência para o interesse público. Tal potenciou a otimização das competências às exigências funcionais dos diversos postos de trabalho, contribuindo para o incremento da eficácia e eficiência e consequentemente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, potenciando a elevação da motivação das/os trabalhadoras/es.

Nos termos da LTFP, a cada carreira/categoria profissional, constante no mapa de pessoal, deverá corresponder um conteúdo funcional, com descrição das funções e atividades chave segundo as múltiplas áreas de trabalho existentes, com correspondência às atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas (artigo 80º, n.º 1).

De acordo com a previsão do artigo 10º do Decreto-Lei nº 121/2008, de 11 de julho, a caracterização dos conteúdos funcionais inerentes aos postos de trabalho, por forma a concretizar com maior precisão as principais tarefas e funções exigíveis, com correspondência às atribuições e competências da respetiva unidade orgânica deverá constar em regulamento interno. No Município de Palmela, tal regulamento encontra-se em vigor desde 1 de janeiro de 2012, precedido de aprovação em sessão da Assembleia Municipal, realizada em 16 de dezembro de 2011, tendo sido objeto de duas revisões (último biénio).

Assinala-se que o Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas referentes aos postos de trabalho constantes no mapa de pessoal, que se anexa, constitui um instrumento importante de suporte à gestão integrada de recursos humanos, com impacto nas diversas valências de recursos humanos - recrutamento e seleção, mobilidade interserviços, avaliação de desempenho e formação profissional - coligindo informação específica e essencial sobre a complexidade funcional, as atividades e as responsabilidades inerentes ao desempenho das funções, em alinhamento com a missão, atribuições e competências cometidas a cada serviço.

Face à necessidade de efetuar ajustamentos ao acervo de funções de várias áreas de trabalho, aditando e complementando postos de trabalho ocupados pelo pessoal não docente (secretaria,

ação educativa, etc), –considerando a emergência de novas atribuições e competências para os municípios, de acordo com normas legais habilitantes, e, ainda, tendo por base o levantamento das necessidades de recursos humanos e a gestão previsional dos postos de trabalho a constar no mapa de pessoal para 2023, considera-se pertinente proceder novamente à revisão daquele regulamento, que se anexa, no sentido de atualizar o arquétipo de funções de novos postos de trabalho e descritivos funcionais cuja caracterização funcional e as especificidades inerentes à respetiva área de intervenção foram objeto de complementaridade, no sentido adequar ao modelo de organização dos serviços municipais.

Decorre ainda de imperativo legal (Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro), para efeito de reconhecimento à atribuição do suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, a trabalhadoras/es integradas/os na carreira de assistente operacional, a necessidade de o mapa de pessoal conter a caracterização dos postos de trabalho das áreas funcionais elegíveis para o efeito, concretamente: (i) recolha e tratamento de resíduos; (ii) tratamento de efluentes; (iii) higiene urbana; (iv) saneamento; (v) procedimentos de inumações, exumações; transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas; (vi) limpeza de canis e recolha de cadáveres animais; (vii) asfaltamento de rodovias, com área de afetação às Divisões de Águas (DA), Infraestruturas e Espaço Público (DIVEP) e Serviços Urbanos (DSU).

Foram ouvidas as organizações representativas das/os trabalhadoras/es, e procedeu-se à audição de dirigentes, de modo a refletir os conhecimentos e a visão das/os responsáveis dos diversos serviços municipais, e assim obter uma caracterização precisa e fidedigna da totalidade dos postos de trabalho, com a identificação das respetivas atribuições, funções e atividades.

Face ao exposto, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal de Palmela que, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da referida lei e da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 29.º da LTFP, aprovar o mapa de pessoal para o ano 2023, bem como a revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas, em anexo.»

Sobre a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2023 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas, numerada DAFRH_DRH 01_24-22, intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que o presente documento é um documento estratégico e deve acompanhar a aprovação do orçamento. O orçamento deve mencionar a provisão para as possibilidades de recrutamento e de preenchimento do mapa [de pessoal].

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristóvão, Mara Rebelo e Pedro Taleço. Aprovado em minuta.

Divisão Jurídica e de Fiscalização

Gabinete Jurídico

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Aceitação de doação da área de 30,86 m² para abertura de novo arruamento entre a Avenida Joaquim Lino dos Reis e a Rua de Aljubarrota, Aires – Ratificação.

PROPOSTA N.º DJF_GJ 01_24-22:

«No âmbito da empreitada de abertura de novo arruamento entre a Avenida Joaquim Lino dos Reis e a Rua de Aljubarrota, em Aires, os proprietários de um dos terrenos abrangidos declararam, na qualidade de titulares do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o número 4838, da freguesia de Palmela, e inscrito nas Finanças sob o artigo 155, secção X, da freguesia de Palmela, que pretendem ceder gratuitamente ao Município de Palmela a área total de 30,86 m², que confronta do norte com os próprios, do sul com Rua Fundadores do Aireense, do nascente com Município de Palmela e Rua Fundadores do Aireense, e do poente com os próprios, nos termos definidos na planta anexa, e que se destina à criação de corredor pedonal e ciclovia.

Paralelamente, os referidos proprietários declararam que autorizavam o Município a entrar sobre o seu terreno com vista a executar a referida obra. Contudo, e sem prejuízo de tal autorização e de declaração de intenção de doar, os proprietários insistiram no sentido de muito celeremente ser produzida decisão formal de aceitação de doação, com vista à mais imediata concretização da respetiva escritura.

Neste enquadramento, foi a situação submetida a despacho do Sr. Presidente da Câmara, que o proferiu em 17 de novembro de 2022, no sentido de se aceitar a referida doação.

Uma vez que a competência decisória de aceitação de doações pertence à Câmara Municipal, conforme alínea j) do n.º 1 do art. 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a este órgão a ratificação do despacho do Sr. Presidente datado de 17/11/2022, nos termos do disposto no n.º 3 do art. 35.º do RJAL.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Educação

Pela **Sr. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Transferência financeira para os Agrupamentos de Escola e Escolas Não Agrupadas para pagamento do fornecimento de leite escolar e serviço de circuitos especiais de transporte.

PROPOSTA N.º DECS_DE 01_24-22:

«A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, efetivado na área da Educação com o Decreto Lei nº 21/2019, de 30 janeiro.

Em abril de 2022, e apesar da competência do fornecimento de Leite Escolar e do serviço de Transportes Especiais ter passando a ser uma competência do município, foi comunicado pela DGEstE que, como o ano escolar estava a decorrer, continuariam os Agrupamentos de Escolas a assegurar este processo até ao final do ano letivo, dado os contratos se encontrarem ainda ativos.

No entanto, a entidade governamental responsável pelas transferências financeiras realizou a transferência de verbas, relativas aos meses de abril a junho, para o município. Por esta razão, a DGEstE comunicou posteriormente, ao município, que devia proceder à transferência dessas verbas para os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas.

Nesta sequência, foram os/as respetivos/as Diretores/as informados/as, na última reunião da Comissão de Acompanhamento e Monitorização da Transferência de Competências, realizada no passado dia 27 de outubro, que deviam remeter à autarquia os valores das faturas referentes a Transportes Escolares e Leite Escolar.

Face ao exposto, e dando cumprimento ao disposto na alínea d), do artigo 36º, e no artigo 53º, do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, propõe-se a transferência de verbas, no valor de global de € 21 484,56 (vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e seis centimos), destinadas ao pagamento do fornecimento de Leite Escolar e aquisição de serviços de Circuitos Especiais de Transporte, no período de abril a junho 2022, para os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, de acordo com o quadro seguinte:

	Leite Escolar	Transportes Especiais	Total
Agrupamento de Escolas Palmela	0,00 €	3.925,18 €	3.925,18 €
Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos	0,00 €	8.360,75 €	8.360,75 €
Agrupamento de Escolas José Saramago	2.148,63 €	715,76 €	2.864,39 €
Escola Secundária Palmela	0,00 €	5.800,00 €	5.800,00 €
Escola Secundária Pinhal Novo	0,00 €	534,24 €	534,24 €
Total	2.148,63 €	19.335,93 €	21.484,56 €.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Intervenção Social e Saúde

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 8 – Centro Social e Paroquial de Pinhal Novo – Celebração de Contrato de Comodato.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 01_24-22:

«O Centro Social e Paroquial de Pinhal Novo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada a 9 de janeiro de 1987, e que “tem como missão fornecer à sociedade serviços que propiciem a melhoria das condições de vida e a promoção das famílias através de ações centradas na dignidade humana, nas áreas da infância, terceira idade, grupos sociais fragilizados, promovendo respostas sociais que visam o crescimento individual, baseados nos valores cristãos, ética, igualdade e solidariedade”.

Esta IPSS possui atualmente quatro respostas sociais, designadamente, na área da infância, Creche e Pré-Escolar, e na área do apoio às pessoas idosas, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, abrangendo 97 crianças e 55 idosos.

Para além destas valências, o Centro Social e Paroquial de Pinhal Novo dispõe, também, de um Centro de Estudos, atualmente com 10 crianças e de um Centro de Atividades de Tempos Livres, com 62 crianças, e dinamiza, ainda, a Loja Social “Boutique Amiga”.

A Loja Social “Boutique Amiga” funcionou, até ao passado dia 10 de outubro, em instalações cedidas pela Caixa de Crédito Agrícola, entretanto vendidas pelo proprietário, o que levou o Centro Social a necessitar de um novo espaço, desejavelmente, central e acessível à comunidade, sob pena de se encerrar uma resposta e um apoio a famílias socialmente vulneráveis.

Face ao exposto, e considerando:

- que esta IPSS não detém outras instalações que permitam o pleno funcionamento da Loja Social;
- que se trata de uma importante resposta à comunidade que facilita o acesso a determinados bens como vestuário, calçado, brinquedos, entre muitos outros e que abrange cerca de 300 pessoas oriundas de agregados familiares socialmente vulneráveis;
- a disponibilidade, ainda que provisória, de um espaço municipal no antigo edifício Pluricoop, com cerca de 90m² (servida por vãos com orientação a sul), constituído por uma sala, um gabinete e duas casas de banho, com acesso pela Rua Infante D. Henrique;

propõe-se que, nos termos do artigo 33.º, nº 1, alínea u), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se delibere a celebração de Contrato de Comodato entre o Município de Palmela e o Centro Social e Paroquial de Pinhal Novo, sobre parte do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o nº 1100, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 4203, da Freguesia de Pinhal Novo, com o valor patrimonial tributário de 784.465,27€, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 9 – Fábrica da Igreja Paroquial de São José de Pinhal Novo – Celebração de Contrato de Comodato.

PROPOSTA N.º DECS_DISS_02_24-22:

«A Fábrica da Igreja Paroquial de São José de Pinhal Novo, pessoa coletiva religiosa, constituiu, em 2001, o Núcleo Sócio Caritativo Alimentar para “dar expressão organizada ao cumprimento do mandamento do amor enunciado por Jesus Cristo e dos deveres morais de justiça e de solidariedade. Este objetivo concretiza-se mediante a recolha de bens alimentares, junto de pessoas coletivas ou singulares, com o consecutivo armazenamento, tratamento, organização e distribuição de cabazes por indivíduos ou famílias com carência económica residentes no território da Paróquia de Pinhal Novo”.

Trata-se de uma ação promovida por um conjunto de voluntários e voluntárias, que procura minorar as carências alimentares de 80 famílias, que perfazem um total de 237 pessoas, e cuja atividade encontra-se a funcionar, desde 10 de outubro de 2014, na Rua Padre José Estevens Dias, Fração F, no Pinhal Novo, em instalações cedidas a título precário pela autarquia.

Atendendo à importância do apoio social prestado, que se revela imprescindível para proporcionar semanalmente, aos indivíduos e famílias que dele beneficiam, meios de subsistência para o seu quotidiano, bem como a necessidade deste apoio ser dado de forma organizada e condigna, considera-se pertinente a regularização da cedência da área pela Câmara Municipal.

Assim, **propõe-se** que, nos termos do artigo 33º, nº 1, alínea u), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, se delibere a celebração de Contrato de Comodato entre o Município de Palmela e a Fábrica da Igreja Paroquial de São José de Pinhal Novo, para regularização da cedência da fração, concretamente quanto à área de 90m², constituído por uma divisão com casa de banho, descrito na conservatória do Registo Predial de Palmela sob o nº 0242, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3803, da freguesia de Pinhal Novo, com o valor patrimonial tributário de 76.074,00 €, cuja minuta do contrato faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Divisão de Cultura e Desporto

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 10 – Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela, o Clube Desportivo Pinhalnovense e a Casa do Benfica em Palmela, referente à época desportiva 2022/2023.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_24-22:

«Considerando que:

- de acordo com o enunciado no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que cabe ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento na educação, na cultura, no desporto, na juventude e na intervenção social e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalidade dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- o Clube Desportivo Pinhalnovense e a Casa do Benfica em Palmela dinamizam o Basquetebol, mantendo uma prática regular e consolidada, que tem resultado na melhoria da qualidade dos seus praticantes, que participam e tem obtido resultados relevantes nas provas que compõem os quadros competitivos oficiais da modalidade de Basquetebol, obtendo resultados relevantes;
- desde o início da prática do Basquetebol que a autarquia tem apoiado, a vários níveis, a sua manutenção e desenvolvimento;
- a experiência dos protocolos que vigoraram entre ambas as partes é considerada positiva, a câmara municipal e as organizações entendem que se justifica uma parceria institucional entre as duas entidades com vista a garantir, de uma melhor forma, a continuidade desta atividade;
- este apoio é fundamental para os clubes e para a prática do basquetebol no Concelho de Palmela, permitindo a prática aos amantes da modalidade, crianças e jovens;
- o Município, no âmbito da sua política de apoio ao associativismo, aprovou, em 2014, o novo Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo que consagra, entre outros aspetos, a possibilidade de serem estabelecidos protocolos específicos de cooperação;

e na sequência do pedido de apoio solicitado pelo Clube Desportivo Pinhalnovense e pela Casa do Benfica em Palmela, substanciado na apresentação dos seus Programas de Desenvolvimento Desportivo, **propõe-se**, que ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, que veio estabelecer o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação dos dois Contratos-Programa entre o Município de Palmela, o Clube Desportivo Pinhalnovense e a Casa do Benfica em Palmela, em anexo, e que fazem parte integrante da presente proposta, que define os termos de cooperação entre as partes, no âmbito da promoção e desenvolvimento do Basquetebol no Concelho de Palmela, no qual o Município de Palmela atribui uma comparticipação financeira de € 1.000,00 (mil euros) a cada um dos clubes.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Divisão de Bibliotecas e Património Cultural

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 11 – Revisão do Regulamento da Rede de Bibliotecas Públicas do Município de Palmela.

PROPOSTA N.º DCDJ_DBPC 01_24-22:

«Na sequência da sua aprovação, em reunião pública realizada a 17 de março de 2021, a revisão do Regulamento da Rede de Bibliotecas Públicas do Município de Palmela foi submetida a consulta pública, publicitada através do Edital n.º 89/DAFRH-DAAG/2021, até dia 05 de abril de 2021, não tendo sido rececionados contributos.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 112.º, n.º 7, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, em cumprimento do disposto no artigo 101.º, do novo Código do Procedimento Administrativo publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, **propõe-se**:

1. a aprovação do Regulamento da Rede de Bibliotecas Públicas do Município de Palmela, na sua atual revisão, a qual se encontra anexo a esta proposta e dela faz parte integrante;
2. que o projeto de regulamento seja dispensado de consulta pública e de imediato submetido à apreciação e votação pela Assembleia Municipal de acordo com o estabelecido na alínea g),

do n.º 1, do artigo 25.º, e na alínea k), n.º 1, artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração Urbanística

Divisão de Planeamento, Urbanização e Reconversão

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 12 – Atribuição de topónimos na Urbanização Vale Flores – Freguesia de Pinhal Novo.

Requerente: Gomes & Carmona, Lda.. Processo: TOP-1825/2022. Local: Pinhal Novo. Requerimento n.º 1551/2022.

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 01_24-22:

«Na sequência de um pedido de atribuição de topónimo e indicação de número de polícia, subscrito pela empresa requerente Gomes & Carmona, Lda., verificou-se que, não obstante já ter sido atribuída oficialmente toponímia aos arruamentos internos da Urbanização Vale Flores, a entrada principal dos prédios de habitação coletiva lotes 16 e 17 se efetua pela zona ajardinada, designada por “Alameda 1”.

Assim sendo, confrontando objetivamente a entrada do referido prédio com uma zona ajardinada designada por “Alameda 1” inscrita na planta síntese do loteamento mas sem ter topónimo atribuído oficialmente por esta Câmara Municipal, propõe-se a sua atribuição.

Face à necessidade da atribuição de toponímia à designada Alameda 1, conclui-se por critério e salvaguarda de futuras situações similares, incluir na mesma proposta as restantes zonas ajardinadas, (Alameda 2; 3; 4 e 5) também inscritas na referida planta síntese.

Atendendo a que o Pinhal Novo tem na sua génese uma ligação inextricável aos caminhos de ferro, que criaram condições de partida para o desenvolvimento da vila e freguesia, contribuindo, ainda hoje de forma muito significativa para perpetuar as ligações locais, regionais e nacionais, considera-se pertinente reforçar, na memória coletiva a ligação à comunidade ferroviária, fazendo ponte entre a tradição das suas raízes e a modernidade.

Assim e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP), foi desenvolvida proposta de atribuição das seguintes designações toponímicas, enquadradas na continuidade da temática existente nos restantes topónimos do loteamento:

- Alameda 1 – Jardim Ramal do Montijo;
- Alameda 2 – Jardim Linha do Alentejo;

- Alameda 3 – Jardim Linha do Sado;
- Alameda 4 – Jardim Linha do Algarve;
- Alameda 5 – Jardim Linha do Sul;

Auscultada a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, conforme previsto na alínea ss) do n.º 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, veio a edilidade a emitir parecer favorável aos topónimos suprarreferidos, que igualmente mereceram parecer favorável da Comissão de Toponímia reunida a 24-11-2022, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art. 5º do RTCP.

Face ao exposto, **propõe-se** a aprovação da atribuição dos topónimos “Jardim Ramal do Montijo; Jardim Linha do Alentejo; Jardim Linha do Sado; Jardim Linha do Algarve e Jardim Linha do Sul” aos arruamentos identificados na planta anexa e respetivas notas biográficas, que fazem parte integrante da presente deliberação, nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do RTCP e da alínea ss) do n.º 1 do art. 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 13 – Atribuição de topónimos na Quinta da Marquesa I e III – Freguesia de Quinta do Anjo.

Requerente: Administração Conjunta da AUGI das Marquesas I e III. Processo: TOP-7680/2021. Local: Pinhal da Marquesa – Quinta do Anjo. Requerimento n.º 7707/2021.

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 02_24-22:

«A reconversão urbanística da AUGI designada como Quinta das Marquesas I e III, na freguesia de Quinta do Anjo, tramitada ao abrigo da Lei 91/95 de 2 de setembro, alterada e republicada através da Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, culminou com a emissão do alvará de loteamento n.º 286, emitido a 7 de setembro de 2021. Com essa formalização, de acordo com o Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP), encontram-se reunidas as condições para a atribuição de topónimos aos arruamentos do loteamento, o que foi requerido ao município pela Administração Conjunta da AUGI.

Face à sua dimensão e impacto populacional gerado no território, entendeu-se pertinente o envolvimento dos interessados, alguns já residentes, tendo sido implementado o processo participativo “O Nome da Minha Rua”, para atribuição de toponímia a cerca de 100 (cem) arruamentos daquela AUGI. A proposta colocada a participação no referido projeto teve como critérios, por um lado, a inspiração na riqueza natural (fauna e flora) da região, reconhecidas nacional e internacionalmente, e por outro, o reforço da identidade do lugar, considerando o prédio original, Marquesa I (zona norte) e Marquesa III (zona sul) e por fim a manutenção do

topónimo oficialmente atribuído “Circular Norte à Autoeuropa” e o prolongamento do topónimo oficial existente “Estrada das Fontainhas”.

Para a zona norte (Marquesa I, com 49 arruamentos) é proposta a atribuição de topónimos referentes à flora, enquanto que para a zona sul (Marquesa III, com 46 arruamentos) prevalece o tema fauna. Aos arruamentos mais estruturantes, para além de se preservar o existente “Circular Norte à Autoeuropa” e se prolongar a “Estrada das Fontainhas”, propõem-se topónimos com referência ao lugar, caso da Avenida Quinta da Marquesa I e Avenida Quinta da Marquesa III, Rua das Marquesas e Rua Pinhal da Marquesa.

O período de participação decorreu entre o dia 02/03/2022 e o dia 11/03/2022, tendo a divulgação das propostas sido efetuada, para além da afixação de Edital, mediante a distribuição de folhetos porta a porta, na área do loteamento, bem como através da página da Internet do município.

O resultado do processo participativo traduziu-se em 32 contributos, dos quais 22 foram favoráveis e 10 discordantes, propondo outras opções. Destas, foram aceites e integradas na proposta final a grande maioria das sugestões por se enquadrarem na temática e critérios orientadores.

Auscultada que foi, também a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, conforme previsto no artigo 7.º-A do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP) e na alínea ss) do n.º 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, veio a edilidade a emitir parecer favorável aos topónimos propostos.

A proposta final, enriquecida com os contributos recolhidos em sede do processo participativo, foi objeto de parecer favorável da Comissão de Toponímia, reunida a 24-11-2022, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art. 5º do RTCP.

Face ao exposto, **propõe-se** a aprovação da atribuição dos topónimos aos arruamentos do loteamento da Quinta da Marquesa I e III, identificados nos elementos em anexo, que faz parte integrante da presente deliberação, nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do RTCP e da alínea ss) do n.º 1 do art. 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 14 – Anulação e retificação de topónimos na zona industrial Sul de Vila Amélia.

Requerente: Câmara Municipal de Palmela. Processo: TOP-839/2018. Local: Vila Amélia – Quinta do Anjo. Requerimento n.º 505/2018.

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 03_24-22:

«Por deliberação municipal de 20/09/2017 foram aprovados os topónimos no universo de 18 arruamentos de serviço às zonas industriais norte e sul de Vila Amélia, representados em planta (proposta de 1 a 18), na freguesia de Quinta do Anjo.

Na sequência da atualização da informação no Siggalmela e das ações de manutenção dos arruamentos por parte da Divisão de Infraestruturas Viárias e Espaço Público, fomos alertados para o facto dos arruamentos aprovados “Rua da Tecnologia” e “Rua do Euro” (traçado parcial), pertencerem à área geográfica do município de Setúbal.

Relativamente à Rua da Tecnologia, localizada na zona industrial sul de Vila Amélia, foi na altura considerada a regra de separação entre concelhos (Palmela e Setúbal) pelo eixo da via, quando efetivamente, atenta a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), o referido arruamento é da pertença do município de Setúbal e que inclusive - pese embora, à data, a placa não se encontrasse colocada no local - já detinha o topónimo “Rua de São Gonçalo”, aprovado em 22/09/1981, placa essa hoje já colocada.

Neste contexto, **propõe-se** a anulação do topónimo “Rua da Tecnologia”, no troço do arruamento aprovado indevidamente e conforme assinalado na planta anexa, a fim da regularização da situação atrás descrita.

Pelos mesmos motivos, para a Rua do Euro, também localizada na zona industrial sul de Vila Amélia, com aprovação em Reunião de Câmara de 20/09/2017 e 15/07/2020 (prolongamento do traçado), propõe-se a retificação da extensão do troço do arruamento, uma vez que parte deste troço é da pertença do município de Setúbal e que igualmente já detinha topónimo “Rua Operários Metalúrgicos” aprovado por este município.

Deste modo, também em prol da sua regularização, propõe-se a retificação da extensão do traçado deste arruamento, mantendo a mesma designação “Rua do Euro”, exclusivamente no que respeita à área geográfica desta Câmara, conforme assinalado na planta anexa.

Auscultada a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, conforme previsto na alínea ss) do n.º 1 do art. 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, veio a edilidade a 24/11/2022 a emitir parecer favorável sobre a proposta de anulação do topónimo “Rua da Tecnologia” e da retificação do traçado da extensão da “Rua do Euro”, tendo os mesmos merecido igualmente, parecer favorável da Comissão de Toponímia reunida a 21/10/2022, em cumprimento do disposto no nº 2 do art. 5 do RTCP.

Face ao exposto, **propõe-se** a anulação do topónimo “Rua da Tecnologia” e da retificação do traçado da extensão da “Rua do Euro” aos arruamentos identificados na planta anexa, que fazem parte integrante da presente deliberação, nos termos conjugados das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 9º do RTCP e da alínea ss) do n.º 1 do art. 33º, do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 15 – Atribuição de topónimo “Estrada da Logística” – Freguesia de Quinta do Anjo.

Requerente: CTT – Correios de Portugal, S.A.. Processo: TOP-5870/2022. Local: Vila Amélia / Pinhal da Marquesa – Quinta do Anjo. Requerimento n.º 5853/2022.

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 04_24-22:

«Veio a entidade CTT- Correios de Portugal, SA., solicitar um endereço postal para o novo Centro Operacional da empresa, localizado num arruamento de ligação à bifurcação da Circular Norte à Autoeuropa com a Circular Sul à Autoeuropa, na freguesia de Quinta do Anjo, ainda sem deter topónimo atribuído por esta Câmara Municipal.

O arruamento em causa, com início na bifurcação da Circular Norte à Autoeuropa e da Circular Sul à Autoeuropa e término na rotunda confinante com a Estrada de Vila Amélia, integra a rede viária municipal, caracterizada por via asfaltada, paralela à Auto Estrada A2 (AE2).

Auscultada a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, conforme previsto na alínea ss) do n.º 1 do art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na redação em vigor, veio a edilidade a 24/11/2022 a emitir parecer sugerindo a adoção do topónimo “Estrada da Logística” face à predominância desta atividade nas construções ali localizadas.

Tendo em conta a existência de um número considerável de empresas com atividades diferenciadas instaladas ao longo do arruamento, com relevância para a logística, com fundamento nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP), considera-se adequada a atribuição do topónimo “Estrada da Logística” ao arruamento, visando assim contribuir para a melhoria das condições de acesso logístico e postal. O mesmo mereceu, igualmente, parecer favorável da Comissão de Toponímia reunida a 24/11/2022, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art. 5º do RTCP.

Face ao exposto, **propõe-se** a aprovação da atribuição do topónimo “Estrada da Logística” ao arruamento identificado na planta anexa, que faz parte integrante da presente deliberação, nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do RTCP e da alínea ss) do n.º 1 do art. 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e cinquenta e nove minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco